

ACTA N.º 2/09

- - - Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, no Auditório do Castelo de Santiago da Barra desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto da Costa e Porfírio Neves Afonso, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, José Maria da Cunha Costa. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Vítor Manuel Castro de Lemos, Ana Margarida Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva, António de Carvalho Martins, Mário da Cunha Rodrigues Guimarães, Ana Maria Branco Palhares Lopes de Lima, Aristides Martins de Sousa. Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de setenta e oito deputados municipais e a falta de três, conforme documento que se junta sob o número 1. - - - - -

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. - - - - -

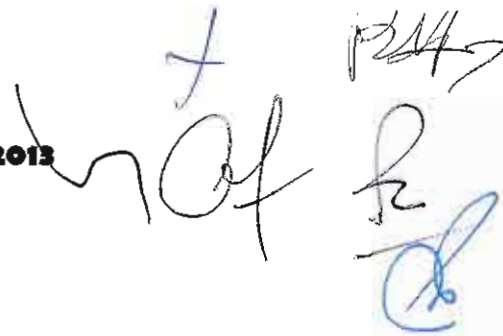
- - - Tendo em atenção que os cidadãos **Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado** e **Noé Martins da Rocha** eleitos pelo PPD-PSD e PS, respectivamente, e o Presidente da Junta de Freguesia de Areosa, António Ferreira Longarito, faltaram justificadamente ao acto de instalação da Assembleia Municipal deste Município, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 44º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e por se encontrarem presentes na presente sessão e tendo estes declarado aceitar o cargo, após ter sido verificada a sua legitimidade pela Presidente da Assembleia, passaram a participar nos trabalhos da presente reunião, pelo que também vão assinar a presente acta. Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. - - - - -

MANDATO 2009-2013

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:- PEDIDO DE RENÚNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 76º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO - Valerie Isabel Silva Branco (BE) e Edmundo Barbosa Cadilha (BE). PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE MANDATO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO:- Paulo Jorge Costa Lains (PS), pelo período de oito dias; Berta Maria Sá Santos (PS), pelo período de quinze dias; Maria da Agonia Carvalho Costa Pereira (BE), pelo período de cinco dias; Luis Filipe Oliveira Louro (BE), pelo período de cinco dias; António Gonçalves da Silva (CDU), pelo período de um dia. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar os referidos pedidos de suspensão de mandato. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. Os referidos Deputados Municipais foram substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respectivamente Fernando Manuel Armada Garcês (PS), Joana Rio da Silva (PS), Jorge Manuel Gomes Teixeira (BE) e Sebastião João Neiva Rego Lopes (CDU), iniciando de imediato as suas funções como Deputados Municipais tendo em atenção que se encontravam presentes na sala e que a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Assembleia. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) Nº 1 ARTº 38º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, do Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro, que se faz substituir por Natália Ferreira e tendo em atenção que se encontrava presente na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Mesa, iniciou de imediato as suas funções como Deputado Municipal. - - - - -

- - - Seguidamente, foi submetido à aprovação a acta número 1 da sessão da Assembleia realizada em 26 de Outubro e não se tendo registado qualquer intervenção, foi posta a votação tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção dos deputados que não estiveram presentes na referida sessão. - - - - -

- - - Antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, a Presidente da Assembleia deu conhecimento de diverso expediente recebido. - - - - -



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - A Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no artigo 28º do Regimento, deu conhecimento que chegou à mesa um voto de pesar pelo falecimento de Romeu de Sousa (doc. nº 2), de cujo teor foi dado conhecimento através da leitura do mesmo, tendo de seguida informado que será posto a discussão no período que se segue e será votado no final de todas as intervenções. -----

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia, tendo-se registado a intervenção dos seguintes Deputados Municipais:- Francisco Jaime Quesado, Agostinho Lobo de Carvalho (doc. nº 3), Francisco Ribeiro Vaz (doc. nº 4), José Carlos Freitas (doc. nº 5), Martinho Cerqueira (doc. nº 6), Manuel Salgueiro (doc. nº 7), José Carlos Resende (doc. nº 8). De seguida, o Deputado Carlos Resende, em nome da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, apresentou uma proposta verbal para que a Assembleia Municipal reactivasse a Comissão Inter-Assembleias Municipais sobre a introdução de portagens na A28, dando-se poderes à Comissão Permanente para, em nome da Assembleia Municipal, efectuar as respectivas diligências. -----

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -----

- - - Por último, passou-se à votação dos documentos apresentados no início do período de antes da ordem do dia:-

- Voto de Pesar - FALECIMENTO DE ROMEU DE SOUSA - Aprovado por unanimidade.
- Proposta de Recomendação (CDU) (doc. nº 6) - O proponente retirou a proposta.
- Proposta de Reactivação da Comissão Permanente para análise das Portagens na A28 (doc. nº 9) - Aprovada por unanimidade.

ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento do teor do ofício da Câmara Municipal com a referência GAP-212, datado de 18 de Dezembro corrente, pelo qual é

MANDATO 2009-2013

solicitado que seja aditado um ponto à ordem de trabalhos da presente reunião, do qual foi enviado, atempadamente, via e-mail e correio, a respectiva documentação, tendo a Mesa proposto que o referido ponto fosse aditado como ponto 4 da ordem de trabalhos. A Assembleia Municipal deliberou, por ter considerado de resolução urgente, nos termos do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o número 3 do artigo 29º do Regimento, aditar à presente Ordem de Trabalhos o seguinte assunto como ponto número 4:

➤ **CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes setenta e oito de um total de oitenta e um deputados municipais. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

--- Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 10. -----

PONTO 1

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

--- A Presidente da Assembleia deu conhecimento que, em cumprimento do que dispõe a alínea e) nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (documento nº 11), não se tendo registado qualquer intervenção.

PONTO 2

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SMSBVC PARA 2010

--- A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 9 de Dezembro corrente (doc. n.º 12) tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção dos seguintes deputados

municipais:- Luis Palma (doc. nº 13), Jorge Teixeira (doc. nº 14), Manuel Salgueiro (doc. nº 15), Jaime Quesado, Martinho Cerqueira (doc. nº 16), Jorge Martins, Luisa Rocha, Carlos Freitas (doc. nº 17), Eduardo Viana (doc. nº 18), Presidente da Junta de Amonde.

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos tendo-se ainda registado a intervenção do Deputado Municipal Neiva de Sá (defesa honra) e do Presidente da Câmara. - - - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal, a proposta da Câmara tendo sido aprovada por maioria com 53 votos a favor, 12 votos contra e 8 abstenções. - - - - -

- - - Por último, pelo CDS/PP foi apresentada declaração de voto (doc. nº 19). - - - - -

PONTO 3

ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES EM DIVERSAS ENTIDADES COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa pelo PSD, apenas uma lista (doc. nº 20) para a eleição do representante desta Assembleia Municipal, na Comissão Concelhia de Saúde, em cumprimento do disposto no artº 12º do Decreto-Lei nº 335/93, de 29 de Setembro, e que foi designada por "LISTA A" com a seguinte constituição:- LISTA A - Maria Emília Magalhães Barbosa. De seguida procedeu-se, à votação, por escrutínio secreto, para a citada eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 73 boletins de voto, pelos quais se verifica que foi o seguinte o resultado apurado:- "LISTA A" - 63 votos; 7 - Votos Brancos; 3 Votos Nulos. Em face deste resultado, foi eleito como representante da Assembleia Municipal na Comissão Concelhia de Saúde, **Maria Emília Magalhães Barbosa**. - - - - -

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa pelo Agrupamento dos PJI e subscrita pelo Agrupamento do PS, apenas uma lista (doc. nº 21) para a eleição do representante desta Assembleia Municipal, no Conselho

MANDATO 2009-2013

Municipal de Educação, em cumprimento do disposto na alínea d) nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, e que foi designada por "LISTA A" com a seguinte constituição:- LISTA A - Presidente da Junta de Meadela - Manuel Américo Matos Carvalhido - Efectivo e Presidente da Junta de Vila de Punhe - António da Silva Moreira - Suplente. De seguida procedeu-se, à votação, por escrutínio secreto, para a citada eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 73 boletins de voto, pelos quais se verifica que foi o seguinte o resultado apurado:- "LISTA A" - 60 votos; Votos Brancos - 7; Votos Nulos - 6. Em face deste resultado, foi eleito como Presidente de Junta de Freguesia, representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação, **Manuel Américo Matos Carvalhido - Presidente da Junta de Freguesia de Meadela**, como efectivo e como suplente o **Presidente da Junta de Vila de Punhe - António da Silva Moreira**. -----

CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

- - - Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 227-B/2000, de 15 de Setembro, artigo 154º, número 2, alínea d), procedeu-se á eleição de um autarca de freguesia para fazer parte do Conselho Cinegético Municipal, tendo a Presidente da Assembleia dado a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa pelo PS apenas uma lista, (doc. nº 22) que foi designada por "LISTA A", com a seguinte constituição:- **LISTA A - PRESIDENTE JUNTA DE FREGUESIA DE CARVOEIRO - Casimiro José Alves Vieira de Araujo**. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 73 boletins de voto, pelos quais se verifica que 63 Deputados Municipais votaram na "LISTA A", 7 votos são brancos e 3 votos são nulos. Em face deste resultado, ficou aprovada a lista "A", ficando, assim, eleito o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVOEIRO - CASIMIRO JOSE ALVES VIEIRA ARAUJO**, como representante no Conselho Cinegético Municipal. -----



**COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA**

- - - Em cumprimento do disposto na Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, artigo 5º, número 1, alínea b), procedeu-se á eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, tendo a Presidente da Assembleia dado a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma lista, que foi designada por "LISTA A" (doc. que se junta sob o n.º 23), com a seguinte constituição:-
LISTA A - PRESIDENTE JUNTA DE FREGUESIA DE PORTEZA SUSÃ - JOSÉ TORCATO LIMA COSTA. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 73 boletins de voto, pelos quais se verifica que 64 Deputados Municipais votaram na "LISTA A", 6 votos foram brancos e 3 votos foram nulos. Em face deste resultado, ficou aprovada a lista "A", ficando, assim, eleito o PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTELA SUSÃ - JOSÉ TORCATO LIMA COSTA, como representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. - - - - -

**COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE
VIANA DO CASTELO**

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento do teor do ofício nº 338, de 4 de Novembro corrente, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Viana do Castelo, o qual solicita que nos termos do disposto na Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, artigo 17º, sejam designadas quatro pessoas pela Assembleia Municipal "*de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo*", tendo neste seguimento sido entregue à Mesa apenas uma lista, (doc. nº 24) que foi designada por "LISTA A", com a seguinte constituição:- Berta Sá Santos; Maria Alice P. Antunes; Manuel Rodrigues Salgueiro; António Gonçalves da Silva. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 73 boletins de voto, pelos quais se verifica que 66 Deputados Municipais votaram na "LISTA A", 4 votos são brancos e 3 votos são nulos. Em face deste resultado, ficou aprovada a lista "A", com

MANDATO 2009-2013

os seguintes representantes na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens - Viana do Castelo:- Berta Sá Santos; Maria Alice P. Antunes; Manuel Rodrigues Salgueiro; António Gonçalves da Silva. -----

PONTO 4

CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

- - - A Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 16 de Dezembro corrente (doc. n.º 25), tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção dos seguintes deputados municipais:- José Emilio Viana (doc. n.º 26), Jorge Teixeira, Neiva de Sá (doc. n.º 27). - -

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. - - -

- - - Por último, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, tendo sido aprovada por maioria com 52 votos a favor, 6 votos contra e 12 abstenções.

- - - Por último, foram apresentadas declarações de voto pelo agrupamento da CDU (doc. n.º 28) e Agrupamento do BE (doc. n.º 29). -----

DURAÇÃO DA SESSÃO – ARTIGO 24º DO REGIMENTO

- - - Dado o adiantado da hora, a Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 24º do Regimento, pôs à votação da Assembleia a continuação da reunião, uma vez que já se tinha esgotado a duração de 3 horas e 30 minutos, tendo sido deliberado por unanimidade interromper os trabalhos, os quais serão retomados no próximo dia 4 de Janeiro pelas 21 horas, no Auditório do Castelo Santiago da Barra. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para

MANDATO 2009-2013

o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes,
pelo que foi deliberado aprovar a mesma. - - - - -

- - - E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião,
da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva

1º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Manuel Pinto Costa

2º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Porfírio Neves Afonso

DEPUTADO MUNICIPAL ELEITO PELO PSD

Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado

DEPUTADO MUNICIPAL ELEITO PELO PS

Noé Martins da Rocha

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AREOSA

António Ferreira Longarito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

FOLHA DE PRESENÇAS

MEMBROS ELEITOS	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado - PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Carlos Coelho Resende da Silva - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
Luís Manuel de Miranda Palma - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Manuela do Vale Dias de Carvalho Lopes-PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Emília Magalhães Barbosa - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Manuel Pinto Costa - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Carlos Parente Antunes PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
Martinho Martins Cerqueira - CDU	<i>[Handwritten signature]</i>	
Manuel Augusto de Jesus Lima - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Manuel Rodrigues Salgueiro PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
Ana Maria Ribeiro Novo Antunes - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Ana Sofia Torres Faria PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
Francisco Ribeiro Vaz - BE	<i>[Handwritten signature]</i>	
César Levi Marques Pinheiro - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Augusto Neiva de Sá PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Emílio da Rocha Antunes Viana - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Adelaide Vieira Lousinha - PS	<i>[Handwritten signature]</i>	
Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro PSD/CDS-PP	<i>[Handwritten signature]</i>	



28-12-2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Amândio Araújo Passos Silva - PS		
Luisa Raquel Marques da Silva Rocha - CDU		
Marisa Cristina de Castro Araujo PSD/CDS-PP		
Victor Manuel de Abreu Barbosa - PS		
Eduardo Jorge do Paço Viana PSD/CDS-PP		
Berta Maria de Sá Santos - PS	S	
Paulo Jorge Costa Lains - PS	S	
Alberto Sarria Pires PSD/CDS-PP		
Noé Martins da Rocha - PS		
Ana Cristina Abreu Azevedo PSD/CDS-PP		
Maria da Agonia Carvalho Costa Pereira - BE	S	
Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela - PS		
Victor José da Costa Lima PSD/CDS-PP		
António Gonçalves da Silva - CDU	S	
Tomás da Conceição Lima Ribeiro - PS		
Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins PSD/CDS-PP		
Marsal da Silva Pereira - PS		
Fátima Cristina Brito de Melo - PS		
Maria Alice Parente Ribeiro Antunes PSD/CDS-PP		
José Augusto Ribeiro dos Reis - PS		
Agostinho Lobo de Carvalho PSD/CDS-PP		



28-12-2009


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

MEMBROS ELEITOS SUPLENTE	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Fernando Manuel Armada Garcês - PS		
Joana Rio da Silva - PS		
João Campos Sardinha - PS		
Manuel Miranda Domingues - PS		
Maria da Luz Araujo Assunção - PS		
Ilídio Matos de Castelo - PS		
Luis Miguel Lima Teixeira - PS		
Maria Cândida Silva Bernardo - PS		
Ricardo Jorge Ponte de Matos Carvalhido - PS		
Henrique Nuno da Silva Pereira - PS		
Paula Ninotcha Martins Marques - PS		
António Miguel Cubo da Costa - PS		
Cândido Gomes Gonçalves - PS		
Alda Sofia de Matos Lima - PS		
Carlos Alberto Arezes Coixão - PS		
Luís da Costa Marques - PS		
João Pedro Cunha da Cruz - PSD/CDS-PP		
Patrícia da Silva Rego - PSD/CDS-PP		
Armando Alberto C. C. P. Sobreiro - PSD/CDS-PP		
Pedro Alexandre B. Amorim do Rego - PSD/CDS-PP		
Joana Maria E. Silva Malheiro Novo - PSD/CDS-PP		
João Paulo Costa Marinho - PSD/CDS-PP		
Pedro Manuel O. C. Monteiro Vaz - PSD/CDS-PP		
Sara Isabel Esteves Peixoto - PSD/CDS-PP		
Agostinho José Amorim Silva - PSD/CDS-PP		
Sebastião João Neiva Rego Lopes - CDU		



28-12-2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Carla Maria dos Santos Lemos - CDU		
Manuel Gonçalves Rocha - CDU		
António José Rodrigues Soares Basto - CDU		
Ana Cristina Cavaleiro da Fonseca - CDU		
Augusto Manuel Alves Silva - CDU		
João António de Sousa Correia - CDU		
Luis Filipe de Oliveira Louro - BE		
Edmundo Barbosa Cadilha - BE		
Valerie Isabel Silva Branco - BE		
Jorge Manuel Gomes Teixeira - BE		
Manuel de Sá Mota - BE		
Marta de Fátima Baptista de Miranda - BE		



28-12-2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

PRESIDENTE DE JUNTA	REGISTO DE ENTRADA	REGISTO DE SAIDA
Arlindo Manuel Sobral Ribeiro - AFIFE		
Fátima Cristina Pimenta Jaques - ALVARÃES		
José Paulo Coelho do Órfão - AMONDE		
Vasco Manuel Passos Lima - BARROSELAS		
Maria Alexandrina Rodrigues Vieira Castilho - CARDIELOS		
Joaquim Viana da Rocha - CARREÇO		
Casimiro José Alves Vieira de Araújo - CARVOEIRO		
Augusto Pires Alves Bandeira - CASTELO DE NEIVA		
José Filipe Penteadado Ribeiro - CHAFÉ		
Jorge Serafim Costa Correia - DEÃO		
Hilário Teixeira Moreira - DEOCRISTE		
Artur Borlido Ribeiro - FREIXIEIRO DE SOUTELO		
Carlos Alberto Faria Torres - GERAZ DO LIMA (STA. LEOCÁDIA)		
Armindo Dias Fernandes - GERAZ DO LIMA (STA. MARIA)		
Ezequiel da Silva Gomes do Vale - LANHESES		
Américo Afonso da Balinha - MAZAREFES		
Manuel Ilídio Gomes de Castro - MEIXEDO		
Carlos Manuel Correia Pires - MONTARIA		
José Alves Lima - MOREIRA DE GERAZ DO LIMA		
Porfirio Neves Afonso - MUJÃES		



28-12-2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

António Pereira da Costa - NEIVA		
Agostinho Sérgio Gonçalves Fernandes - NOGUEIRA		
Amaro Gonçalves Rodrigues - OUTEIRO		
Vasco Augusto de Lima Morais Cerdeira - FERRE		
José Torcato Lima da Costa - PORTELA SUZÁ		
Manuel Hermenegildo Ribeiro Costa - STª MARTA PORTUZELO		
Augusto Eduardo Amorim Fernandes Soares - SERRELEIS		
Ilídio Gonçalves do Rego - SUBPORTELA		
Joaquim da Cruz Araújo - TORRE		
António Ferreira Longarito - AREOSA		
Joaquim Dantas Afonso Perre - DARQUE		
Manuel Américo Matos Carvalhido - MEADELA		
Vítor Manuel Antunes da Silva - MONSERRATE		
Amadeu Morais Bizarro - SANTA MARIA MAIOR		
Arnaldo Joaquim Ribeiro - VILA FRANCA		
José Maria Santos Ferreira - VILA FRIA		
Filipe Mendes Costa - VILA MOU		
Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos - VILA NOVA DE ANHA		
António da Silva Moreira - VILA DE PUNHE		
António Rocha Araújo - VILAR DE MURTEDA		

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. membros da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. Deputados Municipais

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação

Ex.mos cidadãos de Viana do Castelo

VOTO DE PESAR

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, na sua reunião de 28 de Dezembro de 2009, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Romeu de Sousa, ocorrido em 24 de Novembro de 2009.

Exemplo de cidadão empenhado e com uma forte intervenção cívica e política, fez parte da oposição democrática ao anterior regime, distinguindo-se ainda pela sua disponibilidade para colaborar com várias associações desportivas e culturais.

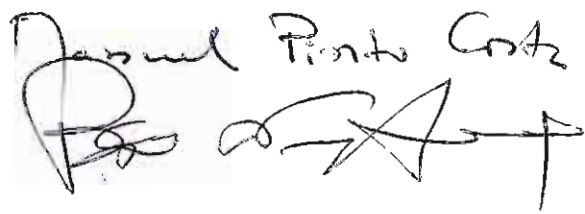
Causídico de profissão foi sempre um homem de causas. Quem teve o privilégio de com ele privar sabe que a resistência e a contestação lhe corriam nas veias. O seu estilo era o de arregaçar as mangas e o de calcorrear caminho. Foi líder em muitas iniciativas e a sua voz fazia-se ouvir pelo respeito que impunha e pelo exemplo da frontalidade democrática que sempre o caracterizou.

Fez parte da primeira comissão administrativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo e foi deputado a esta Assembleia Municipal de Viana do Castelo.

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo apresenta à família as mais sentidas condolências.

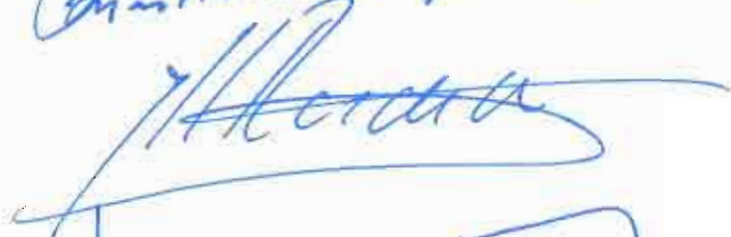
Mais se delibera que o teor deste voto deve ser remetido pela Mesa da Assembleia à família e aos órgãos de comunicação social.

Rese de Assembleia
Cláudio e Sasso Prof

João Pinto Costa


COMISSÃO PERMANENTE

Francisco Ribeiro de
Antônio Gurgens



João Carlos Fink


O BLOCO DE ESQUERDA

João Manuel Gomes Verisina



Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Porque para mim este momento é especial, visto ser a primeira vez que tenho a honra de me dirigir a esta digna Assembleia, permita-me, senhora Presidente, que cumprimente V.Ex^ª e todas as senhoras e senhores deputados municipais aqui presentes, bem como o Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e, ainda, os cidadãos vianenses que quiseram vir assistir a esta Sessão, exercendo o seu direito de cidadania, que registo e saúdo.

Passando ao assunto que me traz a esta tribuna, desejaria poder sensibilizar todos os membros desta Assembleia Municipal, independentemente da sua cor partidária, para o problema da insegurança, não só na nossa cidade - onde em passado recente foram perpetrados actos de delinquência extremamente graves, traduzidos em assaltos e roubos violentos contra casas comerciais, cujas consequências deixaram os cidadãos vianenses altamente apreensivos e preocupados -, mas também em toda a área do município, onde a actividade dos criminosos vai acontecendo um pouco por todo o lado, nem mesmo escapando as caixas de esmolas das igrejas.

Julgo que estarão de acordo comigo, se referir que temos um *centro histórico mal iluminado, com zonas mortas e praticamente desabitado*, onde se situa uma grande parte do comércio tradicional mais emblemático e tão característico de Viana do Castelo. Tais deficiências propiciam, como é bom de ver e os exemplos o demonstram, uma especial apetência por parte dos delinquentes, que aqui têm encontrado terreno mais que fértil para a prática de acções violentas contra os bens dos cidadãos.

Se juntarmos a esta realidade uma insuficiente presença física nas ruas, por parte dos agentes policiais, encontraremos, então, os fundamentos das vulnerabilidades existentes, que terão de ser corrigidas, já que a segurança é um bem colectivo que a todos interessa, e que deve estar na linha das primeiras



preocupações das autoridades municipais, pelo que esta Assembleia Municipal, como representante dos cidadãos vianenses, não se pode eximir perante matéria tão relevante. Interrogar-se-ão, porventura, que medidas poderão ser postas em prática com o fim de combater os actos criminosos e identificar os seus autores, para serem levados à Justiça. Certo de que não invento nada de novo, permitir-me-ia, contudo, sublinhar duas ou três medidas que, a serem concretizadas, não tenho dúvidas que devolveriam a **toda a zona do centro histórico a dignidade de segurança** a que tem direito.

A primeira medida diz respeito à **implementação da videovigilância**, com a colocação de câmaras de vídeo em pontos estratégicos a designar, de modo a conseguir-se uma abrangência real e objectiva das zonas consideradas sensíveis. Trata-se de uma ferramenta com crescente procura e que vem sendo aplicada em várias cidades do nosso país, com resultados muito animadores.

A segunda medida tem a ver com a **melhoria da iluminação pública**, tendo em vista eliminar as chamadas zonas mortas e retirar, deste modo, aos delinquentes, alguma protecção gerada pela penumbra e pelas sombras, aumentando-lhes o sentimento de insegurança e conferindo, por outro lado, aos agentes da autoridade, maiores e melhores possibilidades para a sua detecção e captura.

A terceira medida seria **criar obstáculos ou barreiras de natureza mecânica, em determinadas ruas**, a serem accionadas num determinado período nocturno, ou até diurno, quando tal for necessário, com o objectivo de impedir a circulação de veículos, de modo a forçar os agentes do crime a deslocarem-se a pé durante mais tempo do que nas condições actuais, dificultando-lhes a fuga e obrigando-os a ficar mais expostos e mais inseguros.

Da conjugação destas medidas resultariam, estou certo, grandes benefícios para a segurança de pessoas e bens, em que se inclui a preservação do património histórico da nossa cidade, onde avultam os edifícios antigos emblemáticos com uma arquitectura muito rica, como todos sabem e conhecem, e que tanta beleza conferem à malha urbana. Seria uma forma de se poder combater uma outra actividade, que eu diria criminosa, a do **grafitismo**, resguardando-se, assim, estas construções antigas, da acção nefasta deste tipo de delinquência. Aproveito para salientar que, para esta **estratégia preventiva de dissuasão**, as



medidas enunciadas só terão efeitos práticos, se devidamente integradas, e que nenhuma delas só por si consegue o objectivo da segurança efectiva, que é o que se pretende.

Assim, e para a cidade, seria fundamental uma adequada coordenação da autarquia com a força policial encarregada da manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, e solicitar ao comando policial uma outra forma de patrulhamento operacional, visto que os patrulhamentos em viatura auto, por si só, não resolvem os problemas da insegurança urbana, como está à vista de todos. Bastará aos delinquentes controlarem as horas de passagem de uma viatura policial no mesmo local para, a partir daí, elaborarem e executarem os seus planos de actuação. Dirá, porventura, o comando policial, que os efectivos são diminutos relativamente à sua área de jurisdição, mas esse é um problema que teria de resolver com a Direcção Nacional da PSP. Para as Freguesias do interior, a ligação e coordenação com a G.N.R., como força policial directamente responsável pela segurança, é também imprescindível.

Torna-se, assim, urgente e inadiável, como **resposta preventiva** à forte agressividade com que os criminosos têm actuado, e que ninguém desconhece, tomar medidas de segurança objectivas para a segurança das pessoas e dos bens públicos e privados, não podendo as autoridades municipais permanecer na apatia, no alheamento, ou ficar pelo campo das meras intenções.

Neste contexto, e visando uma **segurança integrada de todo o município**, sim, porque o concelho não é só a cidade de Viana, mas todas as Freguesias que o compõem e que nos merecem igual preocupação e consideração, o PSD propõe a criação de um **Gabinete Coordenador Municipal de Segurança**, na esteira, aliás, do que acontece com os gabinetes distritais de segurança, criados pelo actual Ministro da Administração Interna, no período em que foi Secretário de Estado da Administração Interna. A sua composição e funcionamento poderia ser em moldes idênticos. No que diz respeito a esta temática, e tendo em conta todo um passado ligado à segurança de pessoas e bens, estarei disponível para prestar toda a minha colaboração, se assim vier a ser entendido, caso esta proposta venha ser acolhida por esta Assembleia, para ser trabalhada e levada à prática pela Câmara Municipal, com vista à sua operacionalidade e eficiência.



A missão deste Gabinete seria monitorizar a insegurança na área do município, interagir e reunir periodicamente com as Forças de Segurança para conhecer a sua sensibilidade através de uma permuta de informações, aconselhar os munícipes em relação a hábitos e comportamentos de segurança, exercer um esforço junto dos vianenses, em geral, para se criar uma sã mentalidade de segurança, elaborar uma estatística correcta e séria dos crimes ocorridos na área municipal e estudar a sua evolução, conhecer globalmente o que de facto está a acontecer no nosso concelho, e, porque não, propor ao Governo a adopção de eventuais medidas da natureza legislativa em termos de prevenção e de combate à delinquência.

Será que a Autarquia possui um conhecimento rigoroso da criminalidade na área municipal, ou só sabe do que se passa através dos órgãos de comunicação social? Estará a Câmara Municipal, como entidade administrativa deste território, em condições de assegurar que a área do município é uma área segura para os cidadãos e os seus bens?

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, estou certo de que todos nós, nesta casa, sentimos o peso das nossas responsabilidades perante os cidadãos do Concelho de Viana do Castelo, que aqui democraticamente representamos e, por tal razão, creio ser chegada a hora de sermos proactivos e não só reactivos.

Assim, e pese embora não ter havido nenhuma conversa prévia sobre esta matéria, com as restantes forças partidárias aqui representadas, julgo que este início de mandato autárquico seria o ponto de partida ideal para todos nos unirmos nesta cruzada contra a criminalidade no nosso concelho, melhorando os meios e os processos de a combater, porque **nunca é demais trabalhar para o bem comum dos cidadãos que nos escolheram como os seus eleitos. É nisto, aliás, que reside o fim último da política e de quem nela está envolvido, como todos nós.**

Permita-me, senhora Presidente, que faça um apelo a todas as senhoras e senhores deputados municipais, bem como aos senhores presidentes de Juntas de Freguesia – aos quais terá de caber um importante papel na política de segurança municipal - que, acima dos interesses dos Partidos, **deve prevalecer a obrigação de se combater a insegurança, na cidade e no concelho.** É que



estou convicto de que os cidadãos vianenses jamais nos perdoariam, se nada fizéssemos para os proteger, assim como aos seus bens. Deste modo, e em nome do grupo parlamentar do PSD, desejaria, senhora Presidente, que esta proposta fosse encaminhada para o senhor Presidente da Câmara Municipal, que, estou certo, possuirá a sensibilidade necessária para se debruçar sobre esta matéria tão sensível e, como tal, em conjunto com todos os senhores Vereadores, saberá, certamente, adoptar as medidas adequadas para que todos possamos viver num município seguro, com todas as vantagens que daí advêm.

Para finalizar, senhora Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, desejaria sublinhar que os vianenses têm de sentir confiança nos seus representantes eleitos e nas autoridades municipais, bem como nas suas Forças de Segurança, pelo que, estarmos conjuntamente envolvidos nesta procura de soluções para combater o crime e devolver aos cidadãos a tranquilidade e a ordem públicas, é uma honra e, simultâneamente, um desafio. Encerra, além do mais, uma forte nobreza de carácter, traduzida nesta atitude de preocupação da melhoria do bem comum, acima de qualquer interesse particular.

Neste contexto, não me parece lícito que nos remetamos à nossa quietude, a ver o tempo passar sem nada fazermos, muito especialmente depois desta intervenção que mais não pretendeu do que alertar os vossos espíritos e apontar caminhos e soluções para combater os agentes do crime.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, muito obrigado pela atenção que me dispensaram, e aproveito para expressar a todos os presentes os meus votos das maiores felicidades pessoais e profissionais no Novo Ano de 2010, preste a iniciar-se.

Pelo PSD,

AGOSTINHO LOBO DE CARVALHO

Viana do Castelo, 28.12.2009



Agrupamento Político
Assembleia Municipal
Viana do Castelo

Exm^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa

Exm^{os} Senhores Deputados Municipais

Exm^o Senhor Presidente da Câmara Municipal e respectiva vereação

Minhas senhoras e meus senhores

Após as últimas eleições autárquicas, a autarquia vianense, na sequência, aliás, das declarações prestadas durante a campanha eleitoral, iniciou um processo de conjugação de esforços entre as várias autarquias abrangidas pela A28, para encontrar posições comuns que permitissem impedir a implementação de portagens naquela via fundamental para o concelho e o distrito de Viana do Castelo.

Pedia-se a Viana do Castelo que assumisse um papel activo de liderança deste conjunto de autarquias, com propostas que forçassem o governo a reflectir sobre este assunto e a voltar atrás na sua decisão.

Não é, no entanto, isto que tem acontecido.

Na verdade, não se compreende como é possível que um ministro adie duas vezes uma reunião com presidentes de autarquia, para discutir um assunto de tamanha importância, e não tenha havido a mínima reacção por parte destas autarquias, a não ser um lamento por a agenda do senhor ministro estar tão ocupada.

Principalmente quando, como qualquer um dos utentes daquela via pôde ver, no próprio dia em que o ministro adia a audiência, trabalhadores afadigavam-se nos pórticos de Esposende e de Neiva nos acabamentos necessários ao início da cobrança de portagens.

Esta passividade das autarquias faz-nos rezear que a audiência só venha a ter lugar quando as portagens já estejam a ser cobradas e, depois, a desculpa há-de vir a ser: não vale a pena, já estão a cobrar.

Não pode ser, Senhor Presidente.

Se quer assumir este papel de liderança à contestação, tem de tomar iniciativas que credibilizem essa sua intenção, não pode continuar a ser passivo.

Não podemos continuar a ouvir dizer que a reunião tem por objectivo mostrar ao ministro um estudo que diz que as portagens não devem ser implementadas.

Temos, pelo contrário e já que o ministro não nos quer ouvir, de divulgar esse estudo, convocar os agentes económicos, os deputados eleitos pelos distritos de Viana, Braga e Porto, a imprensa e, com a presença de todos os autarcas, dizer claramente, que o estudo não presta, que os índices económicos estão ultrapassados, que o governo vai contra o seu próprio estudo que dizia que só devia haver portagens na área do Grande Porto.

O Ministro não nos quer ouvir, então divulguemos que vamos estudar a possibilidade de impugnar esta decisão no Tribunal Europeu, em virtude de quase toda a A28 ter sido construída com recurso exclusivo a fundos comunitários.

Aquilo que tem sido feito é exactamente aquilo que os movimentos cívicos, as comissões de utentes, já fizeram.

Por isso, tem de inovar, tem de usar a força de ser titular de um poder legitimado pelo povo, tem de se fazer ouvir.

Com toda a franqueza: os municípios que apenas estão ameaçados do aumento de portagens já fizeram mais barulho do que aqueles que estão em perigo de começar a ser portajados.

Senhor Presidente, tome iniciativas, nós e esta assembleia estaremos, com toda a certeza, ao seu lado.

A handwritten signature in blue ink, written in a cursive style. The signature appears to be 'Francisco Ribeiro Vaz' followed by 'Vice-Presidente da Assembleia Municipal'.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

**Intervenção no Período Antes da Ordem do Dia
28 de Dezembro de 2009**

DECLARAÇÃO POLÍTICA – ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA

Ex.ma Senhora Presidente da Mesa
Ex.mos Senhores Secretários da Mesa
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Ex.mos Senhores Vereadores
Ex.mos Senhores Deputados Municipais
Senhores Jornalistas
Meus Senhores e Minhas Senhoras

Permitam-me começar por fazer um apelo a todas as forças políticas presentes nesta sala. Ninguém duvidará que a todos nos move a vontade de fazer o melhor pelo nosso Município, embora em algumas situações essa vontade possa não ser tão evidente quanto o desejado, por motivos que se prendem naturalmente com as muito próprias e díspares agendas de cada um dos partidos políticos. Mas de uma coisa não nos podemos esquecer: navegamos e fazemos navegar um barco que a todos pertence, embora ao leme este tenha apenas um Capitão e este, em última instância, tem o poder de dirigir, para onde considerar ser o porto mais seguro, o barco de que é responsável.

É verdade, nem todos aqui somos Capitães ou, em sua substituição, Imediatos. Mas não é por isso que deixamos de ter as nossas responsabilidades e o dever de responder por elas a quem nos entregou o voto nas urnas. Se é verdade que a maior



responsabilidade, no que respeita a toda a navegação, cabe ao Capitão, não é menos verdade que a cada um de nós nos assistem funções às quais não podemos renegar, sob pena de anularmos o direito à discussão de umas ideias ou à sugestão de outras. Todos temos as nossas funções, todos temos as nossas obrigações e todos temos as nossas responsabilidades.

Recordem: o barco é o mesmo e este barco navega em mares tumultuosos, indefinidos e traiçoeiros, sofrendo as consequências de tempestades paralelas ao grande furacão económico-financeiro e social que se abateu sobre todo o mundo, sentidas sobretudo por aqueles que, tendo menos, são sempre os mais vulneráveis. A nossa armada (Portugal), que nunca foi especialmente robusta e resistente, tem vindo a acumular, ao longo desta crise, vários rombos em vários sectores, fragilizando-a sucessiva e insistentemente. Não discuto aqui se temos um Capitão-mor à altura, pois este não é o local nem a altura para isso; o que aqui interessa é este barco de nome Viana do Castelo, e todos os que nele navegam. E é sobre este barco que recaem os nossos deveres e responsabilidades.

É verdade, é um barco com fissuras, pequenos rombos e sujeito a rotas duvidosas, mas é o nosso! É nele que temos que remar e é por ele que temos que zelar, contribuindo para isso com as nossas sugestões e críticas que, como referi, têm, na maioria das vezes, as melhores das intenções. Mas reparem: se é um barco frágil e com fissuras, o que acontecerá se duas ou mais forças

remarem em sentidos contrários? Das duas uma: ou pára, ou parte pelas fissuras já existentes. E se parar significa não navegar, partir significa afundar. Em qualquer das situações acontece o que não é suposto acontecer. Por isso deixo aqui o apelo: naveguemos para o mesmo lado, juntemos esforços e juntos talvez consigamos sair desta tempestade! Procuremos, sempre que possível, consensos, acordos e soluções conjuntas. Unidos somos mais fortes, separados somos presas fáceis... (creio que terá entendido o conteúdo destas palavras que encerram em si mais do que o sentido literal expresso...).

Sr. Presidente, agora que o desemprego chegou final e infelizmente em força a Viana, é altura de dotar o nosso município de armas que permitam minimizar, ao máximo, as suas consequências, directas, no caso das famílias afectadas, e indirectas, no caso de toda a restante economia local que, em último caso, cairá em ruínas, numa dinâmica de “bola de neve” que ninguém conseguirá, depois, parar.

Aumente-se, dentro do possível, o poder de compra dos nossos munícipes e melhore-se a saúde financeira das nossas empresas, recorrendo aos instrumentos de que dispomos: diminuição do IRS, do IMI e da Derrama. Revitalize-se o comércio local e o centro histórico, diminuindo às rendas que cada um de nós deixa nos parques de estacionamento subterrâneos, fazendo disparar o preço de um simples café para €1,5. Repovoe-se o centro histórico, mediante ajudas à requalificação de edifícios

degradados e promovendo-se o arrendamento desses espaços a famílias jovens.

Abram-se incondicionalmente as portas do Parque da Cidade, permitindo fazer jus à máxima adoptada pelo anterior executivo municipal: “Viana, cidade saudável”, dotando a cidade de um inigualável espaço de lazer mas também de actividade física. Dê-se prioridade, finalmente, às pessoas em detrimento do betão e do cimento...


Ninguém questiona a mais-valia de um Coliseu ou de um novo mercado, mas há momentos para tudo e, neste momento, na opinião do CDS-PP, há outras prioridades: as pessoas e a sua qualidade de vida. Não, Sr. Presidente, nada disto é impossível. Há inúmeros exemplos de municípios que antes de nós o fizeram e hoje recolhem os frutos, utilizando uma simples mas dinâmica fórmula: melhor poder de compra, mais habitantes, melhor economia...

Termino, Sr. Presidente, garantindo-lhe que contará com a oposição atenta mas construtiva do CDS-PP. Como já lhe disse, não nos coibiremos de apoiar este executivo desde que sejam salvaguardados os superiores interesses dos Vianenses e da região. Não seremos oposição para ocupar lugar! Não é esse o papel de uma oposição responsável e coerente. Ser do contra, pelo simples facto de o ser, não!

Reconhecemos-lhe um estilo diferente do seu antecessor: mais dialogante, mais pautado e, por ventura, mais aberto a ideias vindas de “fora”. Esperamos, sinceramente, que essas suas características sejam uma mais valia no desempenho do cargo que assumiu e para o qual, desde já, lhe desejo em meu nome pessoal e de todo o agrupamento do CDS-PP, as maiores felicidades, estando certo de que com um bom trabalho seu, todos temos a ganhar.

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009

Pe'l O Agrupamento Político do CDS-PP



(José Carlos Freitas)



PROPOSTA DE ~~RESOLUÇÃO~~ DELIBERAÇÃO

Considerando que:

1. A criação das Auto-estradas sem custos para o utilizador (comumente designadas por SCUT'S) e a sua implementação tiveram por finalidade a correcção de assimetrias entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento;
2. As SCUT'S vieram colmatar uma das maiores lacunas dos concelhos periféricos dos grandes centros urbanos: o direito à mobilidade das suas populações;
3. As vias tidas como alternativas há muito se transformaram em arruamentos urbanos peçados de constrangimentos (rotundas, passadeiras, semáforos, cruzamentos, escolas, zonas comerciais, etc.) que é o caso da "nacional 13" que põem em causa aquele direito constitucionalmente consagrado;
4. A Região cumpre as condições definidas no Programa do Governo, para manutenção do regime das SCUT'S, designadamente:
 - Localizarem-se em regiões cujos indicadores de desenvolvimento sejam inferiores à média nacional; e
 - Não existirem alternativas de oferta no sistema rodoviário;
5. A implementação de portagens nas SCUT'S agravará a crise económica e social que comprovadamente afecta a região do Alto-Minho, face às repercussões nas micro, pequenas e médias empresas e no tecido social conexo;
6. A SCUT A28 têm uma grande importância no acesso rodoviário à cidade do Porto e na deslocação da sua população às zonas servidas por essa via.

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, reunida em 28 de Dezembro de 2009, ~~debruçou-se sobre~~ *deliberação*

1. Manifestar a sua oposição à implementação de portagens nas SCUT'S do Norte Litoral A 28, enquanto não houver alternativas viáveis e se mantiverem, na região, indicadores de desenvolvimento inferiores à média nacional, por entender que esta medida, a ser implantada, lesa gravemente o interesse das populações servidas e o tecido económico da região, pondo em causa a coesão do território nacional;
2. Enviar cópia desta *Proposta* ~~Proposta~~ ao Senhor Primeiro-Ministro, Ao Sr Ministro das Obras Públicas aos líderes dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, aos Senhores Presidentes de Câmaras do Distrito de Viana do Castelo e aos órgãos de informação.

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009

O Eleito da CDU

Senhora Presidente da Assembleia, senhores Secretários da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores, boa noite.

Senhor Presidente da Câmara, começo a minha intervenção com uma questão que me preocupa imenso, não só a mim, mas também aos munícipes das freguesias que delimitam a 2ª fase da Zona Industrial de São Romão de Neiva.

Na segunda fase da Zona Industrial, existem algumas unidades fabris, que alegadamente não estão a cumprir a lei, violando sistematicamente os parâmetros ambientais, libertando para a atmosfera gases tóxicos, os quais as populações são obrigadas a respirar.

Pelo que consta, tem ocorrido um aumento significativo de doenças oncológicas nesta zona, cuja origem provavelmente estará associada ao ar que respiramos. Sabe-se que há uma mortalidade excessiva por cancro do pulmão nas proximidades de unidades fabris que emitem matérias altamente tóxicas para a atmosfera. Assim, a poluição ambiental surge como factor preponderante no



caso do cancro do pulmão, sendo estudada como um dos agentes etiológicos do mesmo.

Em diversos estudos foram identificados muitos factores associados ao cancro, contudo, um estudo concluiu que a melhor prevenção do cancro seria através da redução ou eliminação de exposições a agentes poluentes, neste caso muito concreto estamos condenados “à exposição”.

De referir que, de acordo com dados recentemente publicados, a esperança de vida da população do Alto Minho encontra-se muito próxima dos valores do restante Continente (78,8 anos). Contudo, as mortes prematuras (ocorridas antes dos 65 anos) por tumores malignos, doenças do aparelho digestivo e pulmonar apresentam valores das respectivas taxas superiores aos regionais e nacionais.

Senhor Presidente da Câmara, pelo que acabo de expôr, solicito que a Câmara Municipal promova uma Monitorização Ambiental da Qualidade do Ar, na 2ª fase da Zona Industrial de São Romão de Neiva.

Isto porque, o Ser Humano pode viver durante semanas sem comida, durante dias sem água, mas só alguns minutos sem oxigénio! Este é um ingrediente essencial para a existência de vida!



Mudando de tema senhor Presidente, quem entra no concelho através da Nacional 13, pelo lado sul, em São Romão de Neiva, no cruzamento que vai para a freguesia de Castelo do Neiva, a via 13-3, quando chove, fica completamente alagada, pondo em risco os automobilistas. Já têm havido acidentes! O problema existe há mais de 8 anos, sendo que no anterior mandato a Assembleia e a Junta de Freguesia de São Romão de Neiva, fizeram várias exposições às entidades competentes, as quais pelos vistos caíram todas em saco roto. Junto em anexo um documento com fotografias que provam o que acabo de expôr.

Senhor Presidente também neste local, e sendo a entrada do concelho, existe uma área de lazer que se encontra bastante degradada, para quando a sua requalificação?

Relativamente a outro assunto, mas na mesma estrada 13-3, na freguesia de Castelo do Neiva, o anterior executivo da Junta, deslocou a rotunda na referida estrada, sendo pior a emenda que o soneto. Já houveram acidentes e se o erro grosseiro não for corrigido muitos mais podem haver. Senhor Presidente da Câmara e senhor Presidente da Junta de Castelo do Neiva, penso que os Técnicos da Câmara nada têm a ver com esta aberração, para salvaguardar o bom nome dos Técnicos, e dos Autarcas, corrijam este erro grosseiro.

Senhor Presidente atendendo ao diferendo que existe relativamente à delimitação das freguesias de Chafé e São Romão de Neiva, faço um apelo aos autarcas das referidas freguesias, (executivos da Junta e Membros das Assembleias das respectivas freguesias) para que se sentem à mesa e encetem o diálogo! Ou estão à espera que hajam incidentes para depois resolverem o problema? Entre estas duas freguesias sempre houve um bom relacionamento, dou uma sugestão, que o senhor Presidente da Câmara seja o mediador, para que este “conflito” que dura à 8 anos chegue a bom porto.

Senhor Presidente da Câmara, em São Romão de Neiva, a Câmara Municipal, fez vários melhoramentos na Avenida Manuel Carvalho. Colocou condutas de água e saneamento básico, e pavimentou a referida Avenida. Quanto a estas obras só tenho que me congratular com os melhoramentos realizados, lamento é que no final da conclusão da obra, e já lá vão 4 anos, tenham deixado entulho e pedras no local. Faço um apelo para que os detritos sejam retirados com a maior brevidade possível.

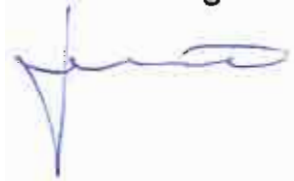
Senhor Presidente, a questão que lhe vou colocar, já foi levantada em reunião de Câmara, pelo senhor vereador do CDS/PP Aristides Sousa, referente ao terreno da Câmara Municipal junto à Browning, que se destina à construção das instalações definitivas

da delegação da Cruz Vermelha de São Romão de Neiva, Apesar da garantia dada pelo senhor Presidente da Câmara, esta é uma questão que nos preocupa. O que os deputados do CDS/PP solicitam ao senhor Presidente é que esta questão seja resolvida com a maior celeridade possível.

Viana do Castelo, 28 Dezembro de 2009

Deputado Municipal CDS/PP

Manuel Salgueiro

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manuel Salgueiro', is positioned below the printed name. The signature is fluid and cursive, with a prominent initial 'M'.

Fotos do Cruzamento à entrada do concelho de Viana do Castelo.

Quando chove este local fica alagado, problema este que existe há mais de 8 anos.

São Romão de Neiva N 13, Castelo do Neiva N 13-3









Avenida Manuel Carvalho, acabaram as obras há 2 anos e deixaram o entulho





Assembleia Municipal, 28 Dezembro de 2009

Deputado Municipal CDS/PP

Manuel Salgueiro

Manuel Rodrigues Salgueiro

(DOCUMENTO Nº 8)

Voto de pesar pelo falecimento do antigo deputado municipal Romeu de Sousa

Romeu de Sousa destaca-se por ser um dos sete, ou oito advogados existentes em Viana do Castelo no 25 de Abril e por ter sido sempre um homem da oposição e um homem incómodo e solidário.

Não vou falar da sua participação no MDP, na Comissão administrativa da Câmara, ou nesta assembleia.

Permitam-me que recorde um episódio que vivi com o advogado Dr. Romeu de Sousa:

Um dia veio me procurar apresentando-se como advogado de um seu amigo com quem eu estava pessoalmente em diferendo por força de uma prestação de contas e de um desvio de fundos com suspeita de falsificação. Afirmou-me que o seu amigo e cliente era homem sério e não acreditava no que se lhe imputava. Perguntou-me se eu estava disponível para uma reunião a três com o objectivo de esclarecer tudo. Aceitei.

Nessa reunião analisamos as contas e documentos e ficou evidente a minha razão. O Romeu de Sousa aconselhou-o a pagar o que tinha desviado e a afastar-se sossegado. Minutou um documento de quitação a ser assinado pelos lesados aquando do pagamento que o seu cliente acordou fazer. Dois dias depois o cliente apareceu a negar tudo. Romeu de Sousa procurou-me, só para me dizer "Olhe que eu já não represento aquele tipo. Tem outros conselheiros. Recusei continuar a ser seu advogado. Nada mais posso dizer".

Quando acreditava num cliente, ou numa causa, defendi-a até às últimas consequências. Não hesitava em zangar-se com os colegas, com o procurador, ou com o juiz no calor dos debates. Quando era necessário dar a camisa era o primeiro e pressionava de imediato os que o rodeavam a fazer o mesmo.

Nestas coisas da política amuamos algumas vezes, mas, a franqueza dele e até a forma como assumia os seus eventuais erros efectuando a sua introspecção, explicitando os seus raciocínios com genuinidade levava ao sentimento que julgo ser comum a todos os que com ele privaram de admiração e respeito.

O voto de pesar hoje apresentado é tradicional quando desaparece um deputado municipal. É especialmente justo e merecido, porque temos de ter consciência que na nossa sociedade fazia falta haver muitos mais ROMEUS DE SOUSA.

J.C. Resende

(DOCUMENTO Nº 9)



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Assembleia Municipal de Viana do Castelo
Registado p/n.º 14
Em 18/12/09
O Funcionário 9

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de
Viana do Castelo
4900 VIANA DO CASTELO

<i>Sua referência</i>	<i>Sua comunicação de</i>	<i>Ofício Nº 212 GAP-</i>	<i>Data</i>
Assunto:-	ORDEM DE TRABALHOS – ADITAMENTO DE PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS		18 DEZ. 2009

Relativamente ao assunto indicado em título, solicito a V. Exa., ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artº 29º do Regimento da Assembleia Municipal, a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar dia 28 de Dezembro corrente.

Mais se informa, que se junta em anexo a documentação relativa ao ponto e que tem a seguinte designação:

- **Contração de Empréstimo para Financiamento de Reabilitação Urbana;**
Com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

José Maria da Cunha Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

EDITAL

MARIA FLORA MOREIRA SILVA PASSOS SILVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia 28 de Dezembro corrente (Segunda-Feira), com início pelas 21 horas, realizar-se-á no Castelo Santiago da Barra, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

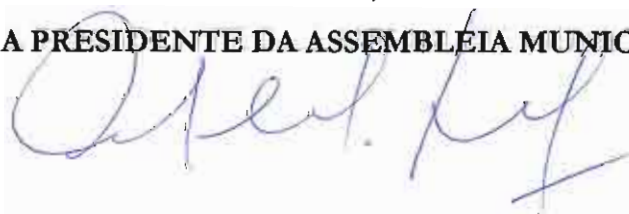
1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;
2. PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMSB PARA 2010;
3. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES EM DIVERSAS ENTIDADES
 - COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE (ARTº 12º DO DECRETO-LEI Nº 335/93, DE 29/09)
 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ARTº 4º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)
 - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL (ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 157.º DO REFERIDO D.L. N.º 202/2004, DE 18 DE AGOSTO)
 - COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (ARTº 5º, Nº 1, ALÍNEA B) DA LEI Nº 14/2004, DE 8 DE MAIO).
 - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE MENORES (ARTº 17º, DA LEI Nº 147/99, DE 1 DE SETEMBRO).
4. PLANO DE PORMENOR PARA A ÁREA MARGINAL AO RIO LIMA, ENTRE A PONTE EIFFEL E A PONTE DO IC1, EM DARQUE;
5. PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DA CIDADE - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO PARA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO NÁUTICO PARA O REMO A CONSTRUIR NO LOTE P;
6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA;
7. PROPOSTA DE ADESÃO À FUNDAÇÃO SERRALVES;
8. PROTOCOLO COM A GESTIVIANA RELATIVO A PERMUTA DE TERRENOS;
9. AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO ALTO MINHO - INTEGRAÇÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS;
10. RELATÓRIO DE AUDITORIA DA INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS;

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, , Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 11 de Dezembro de 2009

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,





Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Ao iniciar o mandato autárquico, em meu nome e do Executivo Municipal saúdo a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta, desejando os maiores sucessos para este órgão municipal.

Estes dois meses do novo executivo camarário foram intensos nas actividades, nos contactos institucionais e nas iniciativas desenvolvidas pelo novo Executivo que tomou posse a 26 de Outubro.

Constituímos a Plataforma de Entendimento contra as portagens na Scut Norte Litoral / A28 que integra os Municípios de Viana do Castelo, Esposende, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Matosinhos, Maia e os nove Municípios da Comunidade Intermunicipal Minho Lima. Este movimento tem vindo a alargar a sua base de apoio nas Associações Empresariais e movimentos de cidadãos e aguarda uma reunião com o Senhor Ministro das Obras Públicas para o próximo dia 5 de Janeiro.

Na sequência da informação do encerramento da Empresa Leoni da Zona Industrial de Neiva, o Município de Viana do Castelo tem participado e promovido reuniões com a Empresa, com os Sindicatos, Governo Civil, entidades do Ministério da Economia e do Trabalho. Na passada semana participei numa reunião em Lisboa com o Vice-Presidente da Empresa Leoni e com o Presidente da AICEP para avaliar e promover uma solução de integração no mercado de trabalho para os trabalhadores desta Empresa.

Recebemos uma delegação de autarcas de Cabo Verde, os Presidentes das Câmaras de Santa Cruz e de Mosteiros que estiveram presentes em Portugal, para promover a cooperação entre os Municípios dos dois países.

O Município de Viana do Castelo recebeu o Prémio Tourism Award 2009 da Feira de Turismo de Lugano. Este galardão é o reconhecimento oficial Suiço ao turismo de Viana do Castelo e pretende promover o turismo cultural de alta qualidade.

O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) premiou a reabilitação do Centro Histórico de Viana do Castelo, em especial as intervenções realizadas na Capela das Almas, na Rua Roque de Barros e no imóvel privado da Rua de S.Pedro /Viela Sequeiro, destacando a qualidade destas reabilitações.

O Ministério da Educação atribuiu ao Município de Viana do Castelo o Galardão " Autarquia 2009 " na Gala do Desporto Escolar, pelo trabalho efectuado no âmbito da promoção do Desporto Escolar em Viana do Castelo.





Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

Reuni com o Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo para me inteirar da sua actividade, dificuldades e projectos futuros. Em sequência desta reunião solicitei uma audiência ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos do Mar, em tive a oportunidade de informar as preocupações pelo momento difícil da Empresa e de constatar o bom acompanhamento da tutela, neste momento difícil para a construção naval nacional resultante da situação da economia internacional.

Iniciamos o processo de revisão do Plano Estratégico de Viana do Castelo com a instalação do Conselho Económico e Social, órgão consultivo que envolve parceiros de todos os sectores da sociedade vianense e que vai efectuar o acompanhamento desta iniciativa. Promoveremos em breve o alargamento do debate e discussão públicas deste documento estratégico.

Realizou-se em Viana do Castelo o Forum Internacional da Enercon que contou com a presença de mais de duzentos parceiros desta Empresa de todo o mundo e que contou com a presença do Senhor Secretário Estado da Inovação. Para conhecer os parques eólicos e as empresas que constituem o cluster eólico vianense esteve em Viana do Castelo uma delegação de Senadores e Deputados Franceses que consideraram esta iniciativa das energias renováveis portuguesa um caso de sucesso.

Encontram-se em execução diversas obras promovidas pelo Município de Viana do Castelo como os pavilhões do secundário da Escola EB 2,3 de Lanheses, o Centro Escolar e acessos de Santa Marta de Portuzelo, o Coliseu /Multiusos, a beneficiação da rede viária municipal (Mujães/Barroselas, Vila de Punhe, Nogueira, Torre, Vila Mou, Lanheses e Deão), a construção das passagens desniveladas e restabelecimentos viários de Vila de Punhe, Areosa e Alvarães, limpeza e valorização das ribeiras do Pego,Portuzelo e S. Vicente, e diversas empreitadas de renovação e ampliação da rede de abastecimento de água e de saneamento.

Foram adjudicadas recentemente as obras do novo acesso da Estrada Regional ER 305 ao Parque Empresarial de Lanheses e a Remodelação da Escola do Ensino Básico de Afife.

Ao longo destes dois últimos meses realizaram-se diversos eventos culturais, sociais e ambientais como o III Festafife - Festival Internacional de Marionetas e Cinema de Animação de 14 a 21 de Novembro, as comemorações do Dia Nacional do Mar realizado com a participação do CMIA e de diversas entidades, a apresentação do Projecto Escolas Livres do Tabaco, através do Gabinete Cidade Saudável e da Unidade de Saúde Pública do Alto Minho, os Encontros do Litoral promovidos pela Polis do Litoral Norte que contou com a presença de mais de 250 participantes de todo o país, a comemoração da Semana Europeia de Resíduos de 21 a 27 de Novembro com a celebração de protocolos de colaboração entre a LIPOR e o Município, envolvendo a recolha de óleos usados e a colaboração das escolas e agrupamentos do concelho.





Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

Recebemos ainda em Viana do Castelo os parceiros da APPACDM de um projecto europeu de reabilitação "PASSPORT", que integra técnicos e responsáveis autárquicos do Reino Unido, Estónia, Letónia, Polónia, Roménia e Turquia.

A Biblioteca Municipal recebeu nas suas "Conversas com..." os escritores Luandino Vieira, António Couto Viana e Richard Zimler.

Assinalamos o Dia Mundial Contra a Sida em parceria com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o Centro de Resposta Integrada, o Gabinete de Apoio à Família e o Instituto Português da Juventude.

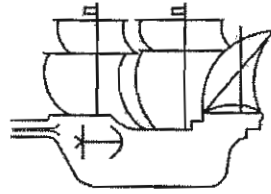
A programação cultural de inverno e de Natal decorreu com os destaques para o Festival de Simply Blues, o Ice Fun Festival (Pista de Gelo) em parceria com a AEVC, a primeira Artesarua – Feira de Design e Artesanato Contemporâneo, concertos pelas Bandas de Música de Noia (Corunha) e dos Escuteiros de Barroelas, o concerto de Pedro Barroso, o espectáculo da Fundação Maestro José Pedro, o bailado "O Quebra Nozes" pelo Centro de Dança do Porto, o concerto de Natal pela Orquestra Sinfónica da Escola Profissional de Música e pelo Coro da Academia de Música de Viana do Castelo e a exposição dos Presépios – Artesanato de Natal.

Viana do Castelo acolheu ainda neste período a Assembleia Geral do Festifolk – Associação Entidades Organizadoras dos Festivais Internacionais de Folclore que confirmaram a elevada qualidade artística e de organização do nosso festival.

Nesta época festiva de Natal gostaria de em meu nome e do Executivo Municipal desejar um Feliz Ano Novo de 2010 para todos os membros da Assembleia Municipal.

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009.

José Maria Costa



Câmara Municipal
Viana do Castelo

Execução Orçamental Ano 2009

Período - 2009 / 01 / 02 a 2009 / 12 / 23

Unidade: Euro

Execução			Dívida a Fornecedores
Receita	Despesa	Taxa	
56.104.731,78 €	55.977.932,83 €	71%	8.982.168,05 €

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego
28-12-2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28.12.2009

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

PROCESSO- 31/96 – 1º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- António Victor Gonçalves da Silva
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação 31/10/1995.
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente para o S.T.A.

PROCESSO- 395/97 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Agostinho de Jesus Parente Soares Ribeiro e Outro
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 20/03/1997. Concurso de pessoal
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Interposto recurso para o T.C.A. Norte

PROCESSO- 180/99 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Maria Lurdes Rodrigues Vieira
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Obra Escola Primária S. Romão do Neiva
ESTADO ACTUAL- Suspensão por óbito da autora

PROCESSO- 461/99 e 512/99 – TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Gasílma - Distribuição de Gás Combustíveis e Lubrificantes Lda.
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA

PROCESSO – 709/A/99 – 7º Juiz TAF Porto
ESPECIE – Execução de Sentença
AUTOR/RECORRENTE – José Manuel Carvalho da Costa Pereira
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Execução de sentença concurso de pessoal
ESTADO- Aguarda julgamento.



PROCESSO- 10/00 TAF Braga
ESPÉCIE- Impugnação fiscal
AUTOR/RECORRENTE- João Cunha Correia e outro
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. liquidação de taxas
ESTADO ACTUAL- Decisão TCA.Recurso procedente.Voltou à 1ª instancia

PROCESSO- 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, Estado Português e Freguesia de Afife
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direitos propriedade e reivindicação.
ESTADO ACTUAL- Aguarda repetição do julgamento na 1ª instância.

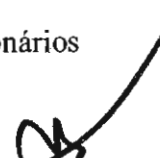
PROCESSO- 385/2000 – 4º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- David Manuel Borlido Lopes e Mulher
REU/RECORRIDO- Outro e Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Defeitos de construção
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

PROCESSO- 970/00-T.A.C. Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso de Anulação
AUTOR/RECORRENTE- José Saraiva e Prata
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. licenciamento obras
ESTADO ACTUAL- Acção julgada procedente. Recurso para o T.C.A.

PROCESSO- 379/01 – 1º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- João António Fernandes Silva Dias e outros
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 13/02/2001. Concurso de pessoal
ESTADO ACTUAL- Recurso improcedente. Recurso TCA

PROCESSO- 777/01 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Maria Glória Vaz Sousa e marido
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 ver Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso para 2ª instância.

PROCESSO- 823/01 – 4º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, autarcas desde 1989 e funcionários municipais
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização.



ESTADO ACTUAL- Suspensa instância. Condicionada à decisão do 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC

PROCESSO- 1112/01 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despachos Ver. Área Funcional PGU
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso STA

PROCESSO- 684/02. 3º Juiz TAC Porto
ESPÉCIE- Acção Popular p/ reconhecimento de direito ou interesse legalmente protegido
AUTOR/RECORRENTE- Maria Irene Fernandes Pequito Carvalho Rego e outro
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Vrs pedidos relacionados c/ aplicação do PUC em Areosa
ESTADO ACTUAL- Julgada improcedente. Processo concluído.

PROCESSO- 1135/02 – TAF Porto
ESPÉCIE- Acção Popular (recurso Contencioso)
AUTOR/RECORRENTE- Associação Empresarial de Viana do Castelo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso para o STA

PROCESSO- 2746/03 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Manuel António Martins Gonçalves
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos em edifício. Obra parque estacionamento Avenida dos Combatentes.
ESTADO ACTUAL- Julgamento

PROCESSO- 3408/03 – 2º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Graziela Barros Araújo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos causados em veículo obra saneamento.
ESTADO ACTUAL- Concluído

PROCESSO- 506/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum Sumaríssima
AUTOR/RECORRENTE- Vitor Jorge Dias Balinha
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação obras saneamento
ESTADO ACTUAL- Julgamento. Aguarda sentença

PROCESSO- 761/04.8BEBRG – TAF Braga
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Anulação Acto Administrativo
AUTOR/RECORRENTE- Fernando Alberto Santos Gomes e Outro

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional PGU
ESTADO ACTUAL- Aguarda sentença

PROCESSO- 1059/04.7BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Maria Isabel Ribeiro de Abreu Bacelar Cabido e Outros
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho determinação Obras
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1123/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 2
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum - Forma Ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Transportadora Senhora da Graça, Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Acção Procedente.

PROCESSO- 1323/04.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Impugnação
AUTOR/RECORRENTE- Pereiras & Ribeiro, S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto liquidação T.I.U.
ESTADO ACTUAL- Impugnação Improcedente. Prazo de recurso.

PROCESSO- 1420/04 – 2º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- António de Araújo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 3267/04.1TBVCT – 1º J.C.
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- António Luis Costa P. M. Faria Araújo e Outros
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Declaração propriedade prédio, restituição e indemnização
ESTADO ACTUAL- Pendente de execução de sentença.

PROCESSO- 219/04.0TBVCT – 1º J. do T.J.V.C.
ESPÉCIE- Expropriação
AUTOR/RECORRENTE- Maria Júlia Santos
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Expropriação eixo transversal areosa – 2ª fase
ESTADO ACTUAL- Recurso acórdão árbitros

PROCESSO- 77/05.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos



AUTOR/RECORRENTE- Granimármores, S.A.
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho cessação actividade Vereador P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 484/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Horácio Joaquim Bacelar e Faria
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Câmara processo disciplinar
ESTADO ACTUAL- Acção julgada procedente. Recurso para o T.C.A..

PROCESSO- 1083/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos e Outros
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;b)Suspensão eficácia declaração urgência expropriação Edifício Jardim;
c)Suspensão eficácia Plano Pormenor Centro Histórico na parte implantação Edifício Jardim.
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª instância

PROCESSO- 1110/05.3BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Antonino da Silva Antunes e Outros
REU/RECORRIDO- Estado
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª Instância.

PROCESSO- 1147/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- José Marçal Gonçalves Teixeira
REU/RECORRIDO- Estado Português
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso TCA-N

PROCESSO- 1191/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 2
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum-Forma Ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Viana-Burger Restauração, Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização despejo fracção sem licença de utilização
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1312/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.2
ESPÉCIE- Providência Cautelar



AUTOR/RECORRENTE- Abílio Gonçalves Teixeira e Outros
REU/RECORRIDO- Estado Português
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- a) Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;
ESTADO ACTUAL- Recurso para o T.C.A..

PROCESSO- 562/05.6BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Ministério Público
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento de construção
ESTADO ACTUAL- Decisão 1ª Instância. Recurso procedente. p/ TCAN

PROCESSO- 604/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa comum - forma sumária
AUTOR/RECORRENTE- Ilda Maria Duarte de Miranda
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO-654/05.1BBERG
ESPÉCIE -Impugnação
AUTOR/RECORRENTE- Aurora Luísa Ferreira Salgado Cadeco
REU/RECORRIDO -Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO -Impugnação Fiscal
ESTADO ACTUAL- A impugnação foi julgada procedente

PROCESSO- 655/05.0BEBRG – TAF Braga 3ª U.O.
ESPÉCIE- Impugnação fiscal
AUTOR/RECORRENTE- José António Rei Ramos Amorim
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação liquidação taxas infra-estruturas urbanísticas
ESTADO ACTUAL- A impugnação foi julgada procedente, anulando-se a liquidação.

PROCESSO- 747/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- António Pais Matos Reis
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação processo disciplinar
ESTADO ACTUAL- Aguarda sentença.

PROCESSO- 1204/05.5BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Antonino Silva Antunes (e outros)
REU/RECORRIDO- Ministério Ambiente, Ord. Território e Desenv. Regional
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO: Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1281/05.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia -Transportes Colectivos de Viana do Castelo Lda
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Concessão Serviço Público Transportes Passageiros
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1343/05.2 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos (e outros)
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO - Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1354/05.8 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Processo cautelar
AUTOR/RECORRENTE- José Joaquim Alves (e outros)
REU/RECORRIDO- Estado Português
Contra-Interessado- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO - Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão

PROCESSO- 89/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa comum – Forma ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Orlando José Fonseca da Silva e Carmo
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização. Queda ramo de árvore em veículo
ESTADO ACTUAL- Aguarda despacho saneador

PROCESSO- 134/06.8BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Ministério Público
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento estufas
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 219/06.0BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto administrativo embargo
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 813/06.0BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Alves Lousinha

REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL- Acção Improcedente.

PROCESSO- 1243/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum forma sumária
AUTOR/RECORRENTE- Alberto Alfredo Sá Lourenço
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

PROCESSO- 1467/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem remoção antena comunicações móveis
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1504/06.7.TBVCT – TJ Viana do Castelo 2º Juízo Cível
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Luís Filipe Vieira Santos
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Restituição de prédio e indemnização
ESTADO ACTUAL- Recurso par o Tribunal Relação de Guimarães

PROCESSO- 1582/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. intenção de ordenar reposição terreno
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 2017/06.2TBVCT – TJ Viana do Castelo 2º Juízo Cível
ESPÉCIE- Acção de Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Patrícia Domingues Pereira
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outro
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização danos inundação
ESTADO ACTUAL- Acção procedente.

PROCESSO- 3678/06.8TBVCT – TJ Viana do Castelo 4º Juízo Cível
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Carlos Alberto Miranda de Oliveira
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outro
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 87/07.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis

REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação embargo
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão.

PROCESSO – 324/07.6BEBRG – U.O.1- TAF Braga
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – Ericson Telecomunicações, Ldª.
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Renovação Antena (Santa Maria G. Lima))
ESTADO ACTUAL – Aguarda decisão.

PROCESSO- 345/07 – TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Maria Dulce Quintas Rodrigues e outros
REU/RECORRIDO- JF de Alvarães e CMVC
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direito de propriedade sobre prédio
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO – 406/07.4 BEBRG – TAF Braga
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – Ericsson Telecomunicações, Ldª.
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Remoção Antena – Santa Maria Maior
ESTADO ACTUAL – Oposição

PROCESSO – 417/07.OBEBRG – 2ª U.O. – TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Especial Impugnação Acto Administrativo
AUTOR/RECORRENTE – José Henrique Guimarães Salgado Zenha
REU/RECORRIDO - Município de Viana do Castelo
Contra-Interessado- Manuel Maria Gomes e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Anulação Despacho Realização Obras de Conservação
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 510/07.9 BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – Manuel Alves Rodrigues e Outros
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
Contra – Interessada – Olívia de Sousa Viana Manso e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Acto A. Arquitectura.
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 512/07.5BEBRG – U.O.2 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 628/07.8BEBRG – U.O. TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos



AUTOR/RECORRENTE – ERISSON-Telecomunicações LDA.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas-Sta Mª Geraz Lima
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 697/07.0BEBRG – U.O. TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – ERISSON-Telecomunicações LDA.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas-Sta Mª Maior
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 754/07.3BEBRG – U.O.2 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas- Meadela
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 1067/07.6BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – Ana Paula Parente Amorim
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação deliberação processo disciplinar
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 1258/07.0BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – Manuel Alves Rodrigues e Outro
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação licenciamento de obras
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 3696/07.9.TBVCT
ESPECIE – Acção Processo Sumario
AUTOR/RECORRENTE – António da Piedade Rei e outros
REU/RECORRENTE- SMSBVC e Aguas do Minho e Lima SA
OBJECTO/PEDIDO – Reconhecimento propriedade e indemnização
ESTADO ACTUAL – Julgamento. Aguarda decisão.

PROCESSO – 92/08.4BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – Irmãos Gonçalves, Lda
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

PROCESSO – 300/08.1BEBRG – TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – Domingos Arantes e Sousa, SA

REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 347/08.8BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Outros Processos Cautelares
AUTOR/RECORRENTE – Domingos Arantes e Sousa SA
REU/RECORRENTE- Ministério da Economia e Inovação
CONTRA-INTERESSADO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 540/08.BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Outros processos cautelares
AUTOR/RECORRENTE – Virgin Flower- Comércio Internacional de Flores, Lda
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão eficácia ordem embargo
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 1578/08.6BERG-U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Acção Administrativa Especial
AUTOR/RECORRENTE – José Carlos Santos Loureiro e outros
REU/RECORRIDO – Município de Viana do castelo, Ministério da Agricultura
Desenvolvimento Rural e Pescas e Estado Português (representado pelo M.P.)
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade Norma Plano Director Municipal de Viana
do Castelo
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

PROCESSO – 1705/08.3BERG-U.O. 1 TAF Braga
ESPECIE – Acção Administrativa Especial
AUTOR/RECORRENTE: Carlos Alberto da Torre Borlido
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Revogação Despacho Vereador do Pelouro
ESTADO ACTUAL – Recurso para o T.C.A.

PROCESSO: 1447/08.0BEBRG – UO1 TAF BRAGA
ESPÉCIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR – Richard David Buckley e mulher
REU – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Anulação acto administrativo
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

PROCESSO- 1964/08.1TBVCT
ESPÉCIE- Acção Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Pereira Vicente e Outro
REU/RECORRIDO- José Silva Lima e Outro
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO – 676/09.3BEBRG – U.O.1 TAFB

ESPECIE – Prov. Cautelar
AUTOR – OPTIMUS TOWERING
REU – Município de Viana do Castelo
C. INTERESSADO – Junta Freguesia de Darque
OBJECTO/PEDIDO: Suspensão Ordem de Remoção do Vereador de 16/3/09
ESTADO ACTUAL – Aguarda Julgamento.

PROCESSO – 677/09.1BEBRG – U.O.I TAFB
ESPECIE – Prov. Cautelar
AUTOR: Optimus Towering
RÉU: Município de Viana do Castelo
C. Interessada: Junta de Freguesia de Darque e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Ordem de Remoção Vereador de 16/3/09
ESTADO ACTUAL – Aguarda Julgamento.

PROCESSO – 814/09.6BEBRG UO 1 TAFB
ESPECIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR: BE Towering
REU – Município de Viana do Castelo
C. Interessada – Junta de Freguesia de Darque e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade ou Anulação despacho do Vereador
ESTADO - Contestação.

PROCESSO – 816/09.2BEBRG – UO 1 TAFB
ESPECIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR – BE Towering
REU – Município de Viana do Castelo
C. Interessada – Junta de Freguesia de Darque e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade ou Anulação despacho do Vereador
ESTADO – Contestação.

PROCESSO – 1453/09.7TBVCT
ESPECIE – Ac. Processo Ordinário
AUTOR – Firmino de Jesus Moreira da Cunha
REU – Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Restituição de Prédio
ESTADO – Contestação.

PROCESSO – 964/09.9BEBRG
ESPECIE – Ac. Processo Sumário
AUTOR – Joaquim Mário Miranda Silva
RÉU – Instituto Portuário e de Transportes Marítimos e Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO-PEDIDO: Indemnização
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 2146/09.0TBVCT – T.J.V.C.
ESPECIE: Fixação Judicial de Prazo
AUTOR: Manuel Caetano Jaques e outro
REQUERIDO: Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO: Fixação de prazo
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 1180/09.5BEBRG – TAFB
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Luísa Maria de Oliveira Martins
RÉU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO:
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 1110/09.4BEBRG – U.O.1 TAFB
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Convento de Frades-Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, Lda
RÉU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho do Vereador
ESTADO: Contestação.

PROCESSO: 1150/09.3BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Luís Filipe Dias Brandão
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho do Vereador
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 2352/09.8TBVCT – TJV Castelo
ESPECIE: Ac. Proc. Ordinário
AUTOR: Luziamar, Sociedade Promotora do Turismo Vianense, SA.
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Reconhecimento de Propriedade
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 1485/08.2 BEBRG TAF Braga
ESPECIE: Processo de Impugnação
AUTOR: Adérito Jorge de Abreu Cardoso
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho Vereador
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 133/09.8BEPRT – TAF do Porto
ESPECIE: Ac. Executiva – U.O. 2
AUTOR: Manuel Carlos da Costa Marinho
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Suprir deficiências
ESTADO: Contestação

ESPECIE: Acção Administrativa Especial
AUTOR: Município de Viana do Castelo
RÉUS: CIM – Alto Minho – Autoridade de Gestão do ON2



OBJECTO/PEDIDO: Condenação à admissão da Candidatura ao QREN
FASE: Contestação

PROCESSO:110/08.6TBVCT
ESPÉCIE: Ac. Sumária
AUTOR: Carlos Augusto Pinto Azevedo
REU: Junta de Freguesia de Mazarefes/Município de V.C./Outros
OBJECTO/PEDIDO: Restituição de posse/Indemnização
ESTADO: Julgamento

ESPECIE: Acção Sumária
AUTOR: José Manuel Mendes Alves e outro
RÉU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Justificação Judicial de direito de propriedade
FASE: Julgamento

PROCESSO: 1656/09.4BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Adm. Ordinária
AUTOR: Manuel Luís Martins Gigante
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização
FASE: Contestação

PROCESSO: 1606/07.2BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: António Dantas da Cunha e outros
REU: Vianópolis/Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade/Anulação da D.U.P. do Edifício Jardim.
FASE: Contestação

PROCESSO: 2520/09.2TBVCT – TJ VIANA DO CASTELO
ESPECIE: Ac. Sumária
AUTOR: Paulo Gonçalves Pereira
REU: Açoreana, Comp^a de Seguros, SA/Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização
FASE: Contestação

PROCESSO: 1667/09.0BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA

ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Gilberto de Carvalho Enes
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Anulação de adjudicação de fornecimento.
FASE: Contestação

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009

O Director do D.A.G.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. Enes', written over the typed name 'O Director do D.A.G.'.



CERTIDÃO

- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia nove de Dezembro corrente, consta a seguinte deliberação:

- - - (02) PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2010:- Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2009, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO**

2010 - O Executivo Municipal propõe o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2010 que reflecte, em grande parte, um conjunto de opções e de projectos em curso ou em fase de conclusão que resultam do exercício do mandato anterior. Este Executivo Municipal, consciente das dificuldades financeiras do país e da situação constrangida da actividade económica, que se reflectiram nas receitas municipais de 2009, apresenta um Plano de Actividades Plurianual e Orçamento com confiança no futuro e com a esperança da retoma da actividade económica. O Plano de 2010 apresenta um conjunto de projectos plurianuais e concretizações já para 2010 que, estamos convictos, vão impulsionar o desenvolvimento da cidade e concelho, valorizar a educação, a cultura, o desporto, estimular o turismo e favorecer o acolhimento de novas empresas. As opções do Plano traduzem um conjunto de linhas estratégicas e de propostas de planeamento urbano, pensando na sustentabilidade económica e na valorização do potencial humano que envolvem um investimento de 49,287 Milhões de Euros (31,645 de PPI e 17,642 de PAM). A requalificação urbana e ambiental da área urbana da cidade vai continuar com o planeamento urbano e projectos de qualificação dos arruamentos e do espaço público do centro histórico e da área urbana, promovendo a reabilitação das habitações do centro histórico, alargando a rede de ciclovias, promovendo a mobilidade e transportes públicos, valorizando os espaços naturais e as florestas e requalificando as frentes marítimas. O Programa Polis Litoral Norte vai requalificar o espaço público nas frentes marítimas do concelho, consolidando as áreas urbanas e piscatórias. O Planeamento da Mobilidade que vai ser desenvolvido em 2010 vai incluir a nova rede de



acessibilidades, as ciclovias, a intermodalidade de transportes, os parques de estacionamento e a mobilidade eléctrica. O Executivo vai continuar a apostar no aprofundamento da colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia nas áreas da modernização administrativa, na disponibilização de serviços electrónicos aos cidadãos, na implementação de políticas sociais, de saúde e de solidariedade, no desenvolvimento das áreas culturais e desportivas, na requalificação de centros cívicos, na beneficiação da rede viária, na construção e requalificação de equipamentos colectivos, no apoio à educação, no acolhimento empresarial, na promoção dos produtos regionais e na protecção e valorização dos espaços naturais e patrimoniais. As verbas a transferir regularmente para as freguesias, apesar das dificuldades, vão sofrer um incremento de 1,5 % nas áreas da Requalificação dos Espaços Públicos (melhoramentos), Limpeza de Vias e Protocolo de Inertes/rede viária. Na área da educação, em 2010, terão início as obras de requalificação da Escola Básica de Afife, ampliação e requalificação do Centro Escolar de Alvarães e da Escola Básica e Jardim de Infância de Subportela. A Câmara Municipal vai desenvolver, no próximo ano, o projecto de requalificação da Escola Frei Bartolomeu dos Mártires e promover os projectos de requalificação e ampliação da Escola Básica da Areosa, ampliação da Escola Básica do Cálvário/Meadela e da Escola Básica e Jardim de Infância de Mazarefes. Este Executivo definiu uma estratégia de afirmação e de criação cultural para o desenvolvimento da cidade e concelho de Viana do Castelo que articulará com a economia e o empreendedorismo, fortalecendo as redes de cooperação com outras Instituições, como a Fundação de Serralves e a Casa da Música, que envolvam os agentes criativos, os agentes económicos e a comunidade artística vianense. A conclusão das obras do Coliseu/Multiusos vai permitir iniciar um novo ciclo na programação cultural que, durante o ano de 2010, desenvolverá já novas propostas na área do audiovisual, das artes, design e arquitectura. No âmbito da aposta na promoção atlântica, este Executivo vai dinamizar os desportos náuticos, continuando a construção e qualificação da rede de equipamentos desportivos no concelho, apoiando o desporto escolar e incentivando a formação desportiva dos nossos jovens. A construção das infra-estruturas desportivas náuticas do surf, vela, remo, canoagem será já iniciada em 2010, integradas no projecto de dinamização do Centro de Mar de Viana do Castelo. Continuaremos no próximo ano os projectos de construção e requalificação do Estádio Manuela Machado e dos Parques Desportivos de Vila Nova de Anha, de Lanheses e de Vila de Punhe/Mujães (Neves). Para a promoção da cidade e concelho de Viana do Castelo vamos lançar um plano de marketing territorial, priorizando desde já um projecto de promoção turística da cidade e concelho com especial incidência nas áreas metropolitanas de Vigo/Pontevedra, Braga e Porto. Em 2010



serão efectuados investimentos na consolidação do Parque Empresarial de Lanheses, na infra-estruturação da zona Industrial de Alvarães e na requalificação do Parque Empresarial da Meadela e Zona Industrial de Neiva. A consolidação e estruturação da rede social concelhia, a instalação de um Observatório Social, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e a elaboração de uma Carta dos Equipamentos Sociais, são objectivos para o ano de 2010. Vamos iniciar um Programa de Conservação e Valorização das Urbanizações Municipais que promova a requalificação dos espaços públicos e do edificado. Em 2010 será iniciado um projecto piloto de intervenção social para Darque que articule os diversos serviços da administração central e que seja o propiciador de novas abordagens de intervenção social que sirvam de exemplo para outras acções a implementar no concelho, disponibilizando meios financeiros e recursos humanos. Desenvolveremos ainda várias acções de promoção da saúde e de estilos de vida saudável através do Gabinete da Cidade Saudável de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Saúde. (a) José Maria Costa." Feita a apresentação dos respectivos documentos foram feitas as seguintes considerações pelos Vereadores da Oposição:- O Vereador Carvalho Martins criticou o facto do orçamento estar amplificado, designadamente no que respeita às despesas e receitas de capital, as quais são executadas em apenas cinquenta por cento, numa altura em que se prevê que as transferências do orçamento de estado venham a ser inferiores à do ano transacto e uma quebra na arrecadação das receitas de IMT e IVA. Mais acrescentou que discorda da criação do conceito de "Viana Cidade Náutica" quando ainda não se realizou a Viana Cidade Saudável. Criticou também o facto de não estarem claramente definidos os tipos de descentralização que se pretende fazer nas freguesias nem os envelopes financeiros correspondentes. Por ultimo, censurou também a falta de um estratégia de relançamento de Viana do Castelo junto do mercado da Galiza através de adequadas operações de marketing enquadradas por uma "marca" forte, eventualmente de carácter gastronómico. O Vereador Aristides Sousa começou por frisar que o actual plano e orçamento vem na continuidade dos anteriores e estão, necessariamente, condicionados por isso. Criticou a falta de dinamização do "eixo de montanha" e o facto de, em matéria educativa, o plano ser pouco ambicioso, designadamente por falta de planificação da necessidade de requalificação das escolas em função do próximo alargamento do ensino obrigatório para os 12 anos de escolaridade. Alertou também para o facto de o volume global das receitas de impostos directos e indirectos ser completamente absorvido pelas despesas com pessoal, o que é demonstrativo do excessivo peso desta rubrica nas despesas correntes do Município. Solicitou por último vários esclarecimentos acerca da eventual garantia de financiamento da obra do Coliseu. A Vereadora Ana Palhares solicitou por sua vez diversos esclarecimentos a respeito



de várias rubricas do orçamento da despesa, bem como sobre vários conceitos e iniciativas novas tais como a "incubadora criativa" e a modernização de design e promoção externa das empresas de Viana do Castelo. Por fim o Vereador António Amaral criticou o facto de as rubricas relativas a apoios sociais, designadamente as que prevêm de prestações de carácter social, serem pouco ambiciosas, numa altura de crise económica e social, em que se estima que o desemprego venha a aumentar ainda mais em 2010. Em resposta a estas questões o Presidente da Câmara referiu relativamente à intervenção do Vereador Carvalho Martins que o Orçamento que apresenta é realista mas simultaneamente optimista, entendendo que este documento deve servir para criar um espírito de confiança e não para aumentar a depressão ou pessimismo junto dos agentes económicos. Relativamente à intervenção do Vereador Aristides Sousa disse que a Câmara Municipal está igualmente atenta e preocupada com as questões da sustentabilidade financeira, e que esta questão está mesmo na primeira linha de preocupações quando se pondera aumentar as despesas com o pessoal. Às diversas questões de natureza técnica colocadas pela Vereadora Ana Palhares foi dada resposta pelo Chefe da Divisão Financeira e de Desenvolvimento Económico, por solicitação do Presidente da Câmara. Por fim, ao Vereador António Amaral respondeu dizendo que é ao Governo que incumbe apoiar as pessoas em situação de desemprego através das competentes prestações sociais, não pretendendo substituir-se a este, mas que entende que a Câmara Municipal deve ter um papel importante na minimização dos efeitos negativos da crise económica, tentando encontrar soluções juntamente com os restantes parceiros económicos e sociais e através de políticas pró-activas, designadamente através da criação de boas condições de acolhimento empresarial que conduzam à instalação de novas empresas e criação de postos de trabalho. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre e Maria José Guerreiro e 4 votos contra dos Vereadores Carvalho Martins, Ana Palhares, António Amaral e Aristides Sousa. De seguida procedeu-se à votação do Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados que obteve o seguinte resultado:- 6 votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e Aristides Sousa e 3 abstenções dos Vereadores Carvalho Martins, Ana Palhares e António Amaral. Face ao resultado obtido foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 53º, número 2, alínea b), e do artigo 64º, número 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto Lei n.º 54-



A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:- **"DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD E CDS/PP** - A análise histórica das contas de gerência e especialmente dos anos 2005/2006/2007/2008 reflecte sempre uma execução de mais de 95% da despesa corrente, de +- 65% a despesa de capital e uma receita corrente inferior a 50% em relação às dotações iniciais apresentadas nos orçamentos. E será assim para 2010, uma execução quase a cem por cento da despesa corrente e uma execução da despesa de capital de 60%. É pena que seja assim. Gostaríamos que em 2010 fosse de facto um ano de viragem. Viragem em relação a questões que para nós são essenciais:- 1º Redução da despesa corrente; 2º Redução dos seguintes impostos: >IMI em 4 anos para o mínimo; >Derrama em 4 anos, acabar; >IRS em 4 anos, redução de 5% 3º Uma política clara, definida, quantificando os objectivos de descentralização para as freguesias, para todas as freguesias, com respectivos envelope financeiro. 4º Uma política activa de dinamização do centro histórico com políticas de discriminação positiva para captar gente para viver dentro da cidade, condição essencial para a sua dinamização; 5º Uma clara liderança do distrito, assumindo sem duvidas, com clareza e de forma rápida a entrada na CIM; 6º Uma aposta forte no monte de Santa Luzia; Este orçamento é de facto uma política de continuidade. Não seriam as nossas políticas, logo não seria o nosso orçamento. Por isso votamos contra. (a) Carvalho Martins; (a) Ana Palhares; (a) António Amaral; (a) Aristides Sousa." **"DECLARAÇÃO DE VOTO DO PRESIDENTE** - Este é um orçamento de rigor mas com esperança. Todas as receitas previstas se justificam numa óptica de aproveitamento dos fundos do actual quadro comunitário de apoio e as Opções do Plano traduzem uma forte aposta na dinamização e promoção do concelho e na rentabilização dos equipamentos culturais, desportivos e sociais existentes. (a) Jose Maria Costa."

--- **Está conforme o original.**

--- **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.**

--- **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e oito de Dezembro do ano dois mil e nove.**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2010

Excelentíssima Presidente da Mesa e senhores secretários, excelentíssimo Presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores.

É notório, sem dúvida alguma, o resultado do planeamento e do trabalho que tem sido desenvolvido na execução de obras de modernização, desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos vianenses, ao longo dos últimos anos. Esse surto de desenvolvimento salta à vista tanto na cidade como nas quarenta freguesias do Concelho.

Os Planos de Actividades das autarquias, por imperativo legal, têm de ser elaborados anualmente, mas, como todos sabemos, esses planos devem ser feitos a partir de planeamentos plurianuais. Um desenvolvimento sustentado não pode ser planeado ano a ano nem tão-pouco limitado a um mandato de 4 anos, deve, pelo contrário, ser pensado e apoiado numa visão bastante mais abrangente.

Um Executivo Municipal tem a tarefa e a legitimidade para planear o desenvolvimento do Concelho e, ao fazê-lo, deverá sempre fixar-se num rumo de futuro. É claro que terá sempre como condicionante o Plano Director Municipal que foi já pensado e elaborado nessa perspectiva, mas este vinculado a pareceres e imposições de várias entidades e de equipas pluridisciplinares.

Conhecedor e experiente deste correcto procedimento, cujo excelente resultado todos podemos testemunhar, o actual Executivo Municipal, vem hoje a esta Assembleia apresentar a sua proposta do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

É um Plano que dá continuidade a um conjunto de projectos e de opções que decorrem do mandato anterior, mas sem deixar de introduzir fortes linhas de inovação, algumas resultantes da conjuntura actual, linhas essas que assentam numa estratégia de planeamento que visa a sustentabilidade económica do Concelho e a valorização do potencial humano dos vianenses.

Tal como seria de esperar, é um Plano de Actividades Plurianual, com várias concretizações previstas já para 2010, apoiadas num orçamento calculado em função das actuais dificuldades económicas mas sem deixar de ser ambicioso e de transmitir uma clara esperança no futuro.

Procurando contribuir activamente para acelerar a retoma da economia local, logo que tomou posse, este executivo teve o cuidado de criar um Conselho Económico e Social que teve a primeira reunião a tempo de poder contribuir com sugestões para a definição de estratégias orientadas para impulsionar e dinamizar a actividade económica e social do Concelho.

No global, as linhas estratégicas em que assenta este Plano de actividades, visam:

- Consolidar o projecto de requalificação urbana e de excelência ambiental de Viana do Castelo;
- Aprofundar a coesão do território através de projectos e parcerias com as 40 Juntas de Freguesia;
- Apostar na educação, no desporto, na cultura e na criação cultural como factores essenciais do desenvolvimento humano de Viana do Castelo;
- Proporcionar um ambiente favorável para o acolhimento empresarial, para a inovação e para a promoção do comércio tradicional;
- Desenvolver as bases de uma nova cultura marítima no Concelho e promover a cidade náutica atlântica;
- Alargar e aprofundar as políticas municipais de solidariedade com todas as instituições e com os cidadãos mais desprotegidos;
- Continuar com a Modernização Administrativa na Câmara e Serviços Municipalizados, alargando os serviços a disponibilizar aos munícipes através das novas tecnologias de informação.

Para cumprir este Plano ambicioso e abrangente, é-nos apresentado um orçamento com um montante global de 82 milhões de euros, uma poupança corrente de 7 milhões de euros e um investimento de 49 milhões de euros.

Desse valor de investimento, 25,5% serão destinados à Cultura, desporto e tempos livres, 13,5% à Educação, 13% à Coesão territorial e desenvolvimento das Freguesias e os restantes 48%, distribuídos por Comunicações e transportes;

Desenvolvimento económico; Ambiente e qualidade de vida; Habitação e urbanização; Serviços Municipais, entre outros.

Concretizando um pouco mais daquilo que se pretende executar durante o próximo ano de 2010, destaca-se:

A continuação da qualificação dos arruamentos e do espaço público da área urbana, a reabilitação das habitações do centro histórico, o alargamento da rede de ciclovias e, com o Programa Polis Litoral Norte, a requalificação e valorização das frentes marítimas da Praia do Coral/Norte, da envolvente do Forte de Santiago da Barra e da área do Cabedelo, para além das restantes frentes marítimas do Concelho, consolidando as áreas urbanas e piscatórias.

Dando continuidade à aposta na coesão do território, será feita a consolidação da rede de infra-estruturas de água e saneamento nas 40 Freguesia do, a requalificação dos espaços públicos, a beneficiação da rede viária municipal, a conclusão das passagens desniveladas do caminho-de-ferro e o apoio em equipamentos e projectos das Juntas de Freguesia que, mesmo em época de contenção orçamental, irão poder contar com um aumento de 1,5% nas verbas a transferir.

Serão feitos importantes investimentos na construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de várias escolas, jardins-de-infância e Centros Escolares, para além da atenção que irá ser dada a programas de visitas educativas e actividades de enriquecimento curricular aos alunos dos vários Agrupamentos e Escolas do Concelho.

Envolvendo agentes económicos, escolas, instituições e a comunidade artística vianense, irá ser formada uma Incubadora Criativa, promovendo o empreendedorismo jovem, de forma a enriquecer e a dinamizar as várias dinâmicas culturais e económicas do Concelho. Com a conclusão do Coliseu irá ser iniciado um novo ciclo de programação cultural que desenvolverá novas propostas na área do audiovisual, das artes, do design e da arquitectura. Continuando a construção e qualificação da rede de equipamentos desportivos no Concelho, tais como as infra-estruturas desportivas náuticas do surf, vela, remo e canoagem, a requalificação do Estádio Manuela Machado e os Parques desportivos de Vila Nova de Anha, Lanheses e Vila de Punhe/Mujães, será dado um forte incremento no desporto escolar e na formação desportiva dos nossos jovens.

Com vista a proporcionar condições para a instalação de novas empresas no, serão efectuados investimentos no Parque Empresarial de Lanheses, da Meadela e na Zona Industrial de Neiva, para além da infra-estruturação da zona Industrial de Alvarães e das novas áreas de acolhimento empresarial de Cardielos, Barroselas e Vila Fria. A via projectada do Vale do Neiva, que irá criar uma nova e mais expedita ligação deste Vale à A28, será também um forte incentivo à fixação de novas empresas naquela área.

O Conselho Económico e Social, como fórum e órgão de concertação estratégica para as políticas económicas, sociais e culturais, promoverá e apoiará iniciativas e projectos de dinamização da actividade económica do Concelho. Para a promoção do comércio tradicional, em parceria com o Instituto Politécnico e a Associação Empresarial, será elaborado um plano de marketing promocional da cidade e do Concelho junto das áreas metropolitanas de Braga, Porto e Vigo/Pontevedra.

Com a consolidação e estruturação da rede social concelhia, com um maior envolvimento das Freguesias e com o apoio e incentivo aos protocolos de colaboração com as Instituições de Solidariedade Social, serão criadas novas iniciativas e acções de apoio os mais carenciados.

A modernização administrativa já em curso, o investimento na formação e nas novas tecnologias de informação e a articulação destes serviços com as Juntas de Freguesia e outras instituições, irão, com certeza, proporcionar melhor atendimento e disponibilizar serviços mais alargados aos munícipes.

Como se pode constatar e como atrás referi, estamos perante um Plano de Actividades ambicioso mas que Viana do Castelo precisa e merece. Devemos, pois, votá-lo favoravelmente. E deixo um apelo àqueles que não pensam fazê-lo, para que se deixem de falsos argumentos para procurar legitimar entraves, como os que se têm verificado aquando da execução de Planos anteriores, votados favoravelmente pela maioria deste plenário e que tantos prejuízos têm causado a todos os vianenses.

Obrigado.

P/ Partido Socialista

Luís Palma



Agrupamento Político da
Assembleia Municipal de Viana do Castelo

Exm^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa

Exm^{os} Senhores Deputados Municipais

Exm^o Senhor Presidente da Câmara Municipal e respectiva vereação

Minhas senhoras e meus senhores

O Plano e Orçamento de uma Câmara Municipal é, sem dúvida, um documento técnico mas que, dada a crucial importância de que se reveste na gestão do Município, tal não justifica, que a reboque dessa especificidade, se mantenha como um documento absolutamente opaco para o comum dos cidadãos e só acessível a técnicos experimentados.

A pobreza do detalhe da parte descritiva do Plano e a quase ausência de justificações e objectivos para as opções tomadas em nada ajudam à clareza que tal documento deveria perseguir. Este aspecto assume relevante importância, na ausência de justificação do orçamento da receita, consubstanciada, em regra, numa posterior execução orçamental que se situa sempre muito aquém do esperado, causando dificuldades sistemáticas de tesouraria como vem demonstrado no relatório de auditoria da Inspeção-Geral das Finanças agendado para esta mesma Assembleia.

Neste sentido, sugerimos ao executivo da Câmara Municipal, que em exercícios futuros tenha em consideração este reparo, fazendo um esforço para que o Plano e Orçamento se assumam como um documento facilmente escrutinável e que venha, posteriormente, acompanhado por relatórios de execução orçamental que permitam ao cidadão comum, perceber em detalhe as opções e suas justificações assim como o estado da sua execução ou o porquê do seu adiamento.

Quanto ao Plano e Orçamento propriamente dito:

O Plano e Orçamento aqui apresentado não é, com toda a certeza, o do Bloco de Esquerda. No entanto gostaria, antes de mais, de elogiar o facto de ser possível, perscrutar uma ligeira inflexão nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente o reforço no orçamento da Cultura e Desporto, no apoio às Freguesias e no Investimento na Infra-estruturação de novas Áreas Empresariais, o que, em alguns aspectos representa uma evolução relativamente aos anteriores.

No capítulo da Cultura, Educação e Desporto não deixaremos aqui de realçar a clara opção pelos desportos náuticos com o início da construção do Centro de Mar, as parcerias com a Fundação de Serralves e com a Casa da Música.

No entanto, uma parte muito substancial do orçamento da Cultura, que perfaz cerca de 12,5% do total do Orçamento, é destinada à empreitada de construção do Coliseu, resultando então,

efectivamente, uma verba que não chega aos 2,75% do Orçamento global. Para um total efectivo de cerca de 2 milhões de euros de investimento na Cultura, são reservadas verbas absolutamente insignificantes para a promoção de eventos culturais e turísticos que, aliás repetem exactamente as verbas do orçamento anterior. Neste sentido, não se entende então porque é referido no preâmbulo as apostas neste sector, nomeadamente na Incubadora Criativa ou a previsão do início da actividade Cultural do Coliseu sem que o Orçamento o reflita.

No que diz respeito á construção prevista do Centro de Mar e instalações desportivas para a Natação, Remo, ^{CANOAEM} Vela e Surf só para estes dois últimos apresentam investimentos de algum significado sendo que os outros não passam, para já, do plano das intenções já que as verbas reservadas, neste orçamento, não permitem antever sequer o inicio das obras durante o ano de 2010.

De acordo com a insignificância das verbas destinadas no Orçamento para a Mobilidade, Transportes e seu planeamento incluindo a remoção de barreiras arquitectónicas, a referência enfatizada deste aspecto no preâmbulo do documento, ainda que revele uma forte preocupação com esta matéria, não permite entender o real significado destas prioridades.

Quanto ao Plano e Orçamento dos SMSBVC, infelizmente, não nos foi possível verificar nem as Grandes Opções do Plano, nem o Plano Plurianual de Investimentos, já que nem a cópia facultada nem o ficheiro disponível no sítio da Câmara Municipal de Viana do Castelo têm a qualidade mínima para que possam ser legíveis.

No entanto, e com base apenas no preâmbulo do Plano e nos respectivos Orçamentos da Receita e Despesa podemos saudar a aposta na recolha diferenciada de resíduos, nomeadamente nos orgânicos ao abrigo do protocolo com a LIPOR, ainda que este esforço não seja, infelizmente para já, extensivo aos consumidores domésticos. De igual forma, a aposta em campanhas de sensibilização para a redução da produção de resíduos domésticos merece também o nosso louvor. No entanto, a não aposta numa maior diferenciação e recolha de outros resíduos, nomeadamente os óleos alimentares de clientes domésticos, assim como não apostar fortemente no alargamento da rede de saneamento básico que se encontra com uma taxa de cobertura de apenas cerca de 70% merecem a nossa censura. Não conseguimos entender como pode um município que se quer Saudável, manter, 35anos depois de Abril, uma taxa de cobertura no saneamento básico desta natureza sem que isso seja a prioridade de todas as prioridades.

Entendemos também ser necessária uma reformulação do sistema de tarifas cobradas pelo abastecimento de água e consequentemente pelo saneamento e resíduos orgânicos, que deveria ter



Agrupamento Político da
Assembleia Municipal de Viana do Castelo

em conta mecanismos de capitação e de organização dos escalões de consumo de modo a tornar mais justo o preço deste serviço, sem que para isso fosse necessária uma diminuição da receita.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda irá abster-se neste Plano e Orçamento, registando que, apesar de não corresponder genericamente às nossas prioridades, existem nele alguns aspectos que demonstram a uma evolução positiva relativamente a Planos anteriores.

Os Deputados do Bloco de Esquerda

Vitor Manuel Gomes Vilela
Francisco António Vaz

Senhor Presidente da Câmara, diz estar consciente das dificuldades financeiras do país e da situação constrangedora da actividade económica, que se reflectiram nas receitas municipais de 2009, e apresenta o Plano de Actividades Plurianual e Orçamento, com esperança da retoma da actividade económica. Apresenta um conjunto de projectos plurianuais e concretizações para 2010, estando convicto que vai impulsionar o desenvolvimento da cidade e do concelho, valorizar a educação, a cultura, o desporto, estimular o turismo e favorecer o acolhimento de novas empresas.

Senhor Presidente, gostaria de saber para quando o inicio da construção da via rodoviária para o porto de mar, e se o alargamento da rede de ciclo vias, irá contemplar este traçado, entre São Romão de Neiva e Amorosa.

Quanto à conclusão das obras do Coliseu/Multiusos, tenho algumas dúvidas, tenho uma certeza, é que esta obra megalómana será um Coliseu de Multidespesas.

Relativamente à promoção turística da cidade e concelho com especial incidência nas áreas metropolitanas de Vigo/Pontevedra, Braga e Porto, acho muito bem. Senhor Presidente, eu conheço bem Pontevedra e a politica que os anteriores executivos dos quais o senhor fazia parte, implementaram ao longo destes anos, não é



muito atractiva para a cidade de Viana do Castelo receber mais turistas. Dou-lhe um exemplo, Pontevedra, nesta cidade existe apenas um parque de estacionamento subterrâneo a pagar, todos os lugares de estacionamento à superfície são gratuitos. Os comerciantes locais têm todo o apoio do poder local, vou-lhe referir apenas dois aspectos, em todas as ruas existe circulação automóvel e estacionamento gratuito. Em Viana do Castelo, pelo contrário, ao longo destes anos foram implementadas políticas erradas, que asfixiaram o comércio da nossa cidade.

Também refere que serão efectuados investimentos em infra-estruturas da Zona Industrial de Alvarães e na requalificação da Zona Industrial de São Romão de Neiva. Senhor Presidente deve-se recordar que à 6 anos eu disse aqui numa das sessões que a Zona Industrial de São Romão de Neiva tinha passeios com pavimento revestido a mato e silvas, o que se mantém. Sei que em tempos houveram empresários que queriam vir instalar-se na Zona Industrial e o executivo dizia que naquele local não havia terrenos. Senhor Presidente existem vários lotes na Zona Industrial de Neiva, já os vi em algumas imobiliárias para serem vendidos, a lei permite isso? Sim porque os proprietários foram obrigados a vender os terrenos à câmara a 100\$00 o metro quadrado.

Faço um apelo a este executivo, para que reúna com os comerciantes e Industriais deste concelho, unam esforços, e evitem o encerramento de mais empresas e o despedimento de mais trabalhadores.

Senhor Presidente da Câmara sei que as receitas para o município têm diminuído derivado à conjuntura económica, mas entre o encerramento de empresas e o despedimento de trabalhadores, este executivo deveria repensar a sua política referente às taxas que aplica, e reduzir o IMI, a Derrama e o IRS, as quais são demasiado altas.

Viana do Castelo, 28 Dezembro de 2009

Deputado Municipal CDS/PP

Manuel Salgueiro





PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010

Terminando, no final deste ano, o desenvolvimento do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2006/2009, à Câmara cabia explicitar as actividades ainda não executadas e, com base nesse quadro, apresentar as grandes opções do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2010/2013, evidenciando as actividades a executar no ano de 2010.

Na elaboração desse Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2010/2013, na perspectiva da CDU, o Executivo deveria ter em atenção outros três aspectos:

- a) o da necessidade de que esse novo Plano Plurianual pudesse incorporar, no futuro, as recomendações do novo Plano de Desenvolvimento da Cidade de Viana do Castelo a elaborar, de imediato, dado as do actual, ao fim de 15 anos, já estarem desactualizadas ou executadas;
- b) o da exigência de que não basta ao Executivo Municipal afirmar que “consciente das dificuldades financeiras do país e da situação constrangida da actividade económica, que se reflectem nas receitas municipais de 2009, apresenta um Plano de Actividades Plurianual e Orçamento com confiança no futuro e com esperança da retoma da actividade económica”;
- c) o do acatamento das recomendações expendidas pela Inspeção-Geral das Finanças no relatório nº. 824/2009, quando coloca a necessidade da “elaboração e aprovação de orçamentos de rigor em termos de previsão de receitas, fundamentando adequadamente todas as receitas previstas “ ... e a “execução prudente do orçamento de despesas, que deverá acompanhar e ser articulado com o nível de cobrança efectivo das receitas “.

Por isso, ao Executivo, a CDU exige mais. Exige que , de imediato, mande rever o actual Plano de Desenvolvimento da Cidade de Viana do Castelo e, sobretudo, que reavalie a entrada do concelho de Viana do Castelo na Comunidade Intermunicipal do Minho/Lima de forma a determinarem-se, com mais rigor, as prioridades das Grandes Opções do Plano e Orçamento para os próximos 4 anos, a garantir-se o acesso do concelho a financiamentos substanciais que já deveriam estar incorporados neste Plano de Actividades em análise e votação e a possibilitar que Viana do Castelo tenha participação activa na determinação de políticas de desenvolvimento e investimentos regionais que reclamem do governo uma discriminação positiva do distrito com suporte numa política fiscal com incentivos à fixação de novas indústrias e num forte investimento público que vá esbatendo as fortes assimetrias existentes.

Limitando-nos, no entanto, à análise do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2010, achamos que o Executivo, tendo presente a chamada de atenção por parte da Inspeção-Geral das Finanças no relatório nº. 824/2009 para o “empolamento da previsão das receitas de capital, com índices de execução muito baixos e decrescentes no triénio 2006/2008 , ao arrepio do objectivo visado com o POCAL com consagração de regras previsionais “ e para “o desrespeito pelo princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial “, - o que vai na linha do que sempre temos afirmado -, este ano terá em parte

cumprido e não terá empolado o montante das receitas e das despesas, tendo-as mesmo diminuído, em relação a 2009, em 2.682.596 euros, contrariando embora o sentido das recomendações ao diminuir os impostos locais e as taxas e multas em 1.393.387 euros e ao aumentar as transferências de capital em 5.039.387 euros.

Não se percebendo bem se as prioridades do mapa da Grandes Opções do Plano são para o ano de 2010 ou para o quadriénio 2010/2013, as que propõe são:

- 1.^a) Cultura, Desporto e Tempos Livres - 12.558.113 € (25,48%);
- 2.^a) Educação – 6.645.128 € (13,48%);
- 3.^a) Coesão do Território e Desenvolvimento das Freguesias- 6.342.536 € (12,87%);
- 4.^a) Comunicações e Transportes – 6.051.665 € (12,28%);
- 5.^a) Desenvolvimento Económico – 4.151.000 € [8,42%).

De salientar em relação às previsões para 2009, num período de grave situação económica e financeira que afecta o concelho de Viana do Castelo, a diminuição de 2.233.000 euros no Desenvolvimento Económico, de 1.680.023 de euros na Educação e de 1.401.614 euros na Habitação e Urbanização, num total de 3.775.198 euros.

Porém:

- 1.) Numa época de grave situação económica e financeira em que vivemos, com a taxa de desemprego a subir vertiginosamente no concelho de Viana do Castelo, nada consta quanto a possíveis apoios, embora que temporários, a disponibilizar pela Câmara a cidadãos em sérias dificuldades sociais como a redução da taxa do IMI, comprovadamente injusta, do IRS e de reforço dos actuais mecanismos de protecção social existentes, principalmente dirigidos a alunos das nossas escolas?
- 2.) Nada se refere quanto à questão da entrada ou não na Comunidade Intermunicipal do Minho/Lima de forma a que Viana do Castelo tenha participação activa quanto à exigência de que o Poder Central crie condições que retirem o Alto Minho da situação de atraso em que se encontra?
- 3.) Nada se diz quanto aos “ previstos planos de urbanização para os principais núcleos urbanos, com prioridade para Barroselas e Lanheses , “ incluídos no Plano Plurianual para o quadriénio 2006/2009? Para quando o esforço conjunto dos autarcas, dos técnicos e dos cidadãos na procura de novas linhas de desenvolvimento local que fomentem a criação de novas centralidades que prevejam o crescimento urbano harmonioso, preservem a identidade e os valores do concelho e defendam a qualidade de vida nos novos espaços públicos?
- 4.) Apesar de se falar no reforço do enriquecimento curricular, nada se refere quanto ao facto de estarem ou não a ser encaradas as necessárias acções de formação dos professores e o apetrechamento das escolas no sentido de que efectivamente se dê cumprimento, dentro do horário curricular, aos programas do Ensino Básico no que respeita à Área das Expressões de modo a permitir-se o necessário desenvolvimento integral das nossas crianças. A Câmara está empenhada na resolução desse grave problema há tantos anos por nós colocado?

- 5.) Apesar de no quadriénio 2006/2009 se prever a criação do Centro de Ciência Viva, no concelho de Viana do Castelo, este Plano de Actividades, sobre o assunto, nada nos diz. Por isso perguntamos para quando o início do apetrechamento de todas as escolas do Ensino Básico e da construção do referido Centro de modo a incentivar-se a investigação e o interesse pela Ciência a partir das do 1.º. CEB, também desde há muito reclamado pela CDU ?
- 6.) Como compatibilizar a afirmação de que “ o Planeamento da Mobilidade que vai ser desenvolvido em 2010 vai incluir a nova rede de acessibilidades, as ciclovias, a intermodalidade de transportes, os parques de estacionamento e a mobilidade eléctrica “ com o que consta de que a AVIC quer reduzir o número de carreiras não dando satisfação às necessidades dos cidadãos e aumentando o número de desempregados ?

Apesar de termos presente que o Plano de Actividades e Orçamento, para o ano de 2010, tem aspectos muito positivos – especialmente a parte respeitante aos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico – que são de realçar, enferra de outros, sobretudo o do não ingresso de Viana do Castelo na CIM, o da não revisão do Plano de Desenvolvimento da cidade de Viana do Castelo e o da omissão de muitas questões que figuravam no anterior e que neste não são referidas que levam a CDU a absterter-se na sua votação.

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009
O eleito da CDU,



Senhora Presidente
Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Nesta discussão sobre o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara e Serviços Municipalizados, mais concretamente sobre o Orçamento, aprez-me fazer os seguintes comentários:

- Denunciar e criticar a não inclusão de verba suficiente relativamente ao encargo com alterações do posicionamento remuneratório por Opção Gestionária dos trabalhadores da Autarquia que se mantêm em exercício de funções e que se encontram em condições de usufruir desse mecanismo.

- Entre o ano 2000 e 2008 os salários dos trabalhadores das Autarquias degradaram-se entre os 7,2 e os 10,4 por cento, e só no último ano a actualização salarial foi inferior à inflação em 0,9 por cento! O congelamento dos escalões desde 29 de Agosto de 2005 até 31 de Dezembro de 2007, rendeu aos cofres da Câmara cerca de 1 milhão de EUROS.

- Em período de campanha eleitoral para as Autárquicas, mais precisamente em 7 de Outubro passado, em debate público numa rádio local da Cidade, confrontado pelo candidato da CDU, António Silva, o actual Presidente da Câmara Municipal, assim como os restantes candidatos à Autarquia, assumiu aplicar a Opção Gestionária aos Trabalhadores Municipais caso fosse eleito.

- Esse compromisso foi feito sem qualquer constrangimento, penso eu, e sabia o alcance e os efeitos dessa atitude nas aspirações do universo dos trabalhadores, uma vez que em plena época de férias foram recolhidas e entregues à Autarquia quase 800 assinaturas a solicitar a Opção Gestionária.

- O compromisso público deveria ser respeitado na sua totalidade e não a 50%. Na disputa eleitoral não disse que ia aplicar este mecanismo a uma só parte dos trabalhadores que estariam em condições de usufruir dessa alteração remuneratória. Não pode **o valer tudo** para a conquista de votos, à que saber honrar os compromissos. Fica assim evidente que compromissos eleitorais, para o Senhor Presidente, não são para cumprir.

Fica também claro que a CDU será uma voz de denúncia e de alerta sempre que estiverem em causa questões que importem aos trabalhadores do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

**Intervenção sobre o “Plano de actividades e Orçamento da CMVC”
28 de Dezembro de 2009**

Ex.ma Senhora Presidente da Mesa
Ex.mos Senhores Secretários da Mesa
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Ex.mos Senhores Vereadores
Ex.mos Senhores Deputados Municipais
Senhores Jornalistas
Meus Senhores e Minhas Senhoras

O CDS-PP constata que o Plano de Actividades e Orçamento apresentado pelo Presidente da Câmara, é como que uma sequela de um filme já visto em anos anteriores e que está, por isso, fortemente condicionada. Naturalmente que compreendemos que os compromissos têm que ser honrados, ainda que por ventura erradamente assumidos. Esperávamos mais, esperávamos melhor, esperávamos... talvez uma ruptura com o passado.

Ao ler o documento em questão, nota-se, desde logo, que as receitas provenientes dos dos impostos directos e indirectos são imediata e totalmente absorvidas pelas despesas com o pessoal, prova de que estas têm um peso excessivo nas despesas correntes do município. Apesar disso já ter acontecido em anos anteriores, também este ano o valor total de despesas com o pessoal sofrerá um aumento de mais de 800 000€. Das duas uma: ou ninguém se reformou no corrente ano, ou então não se está a aplicar a regra introduzida pelo governo PS (saem 2, entra 1). Como a primeira possibilidade é por si só inexistente, resta então a segunda e esta não é mais do que um indício de que o rigor aplicado no controle e gestão



das contas Municipais podia (devia) ser bem mais apurado.

Sabe-se, à partida, que 2010 será um ano marcadamente dominado pela crise económico-social, que apesar de se ter instalado no país há já alguns anos, teima não só em não diminuir de intensidade, como em tornar-se cada vez mais abrangente e socialmente corrosivo. Assistimos, neste final de 2009, a uma espiral de crescimento do desemprego na região, com o fecho anunciado e muitas vezes consumado de importantes unidades fabris, aqui localizadas. Bem sei que não é à Câmara Municipal que compete zelar pelo sustento económico dessas famílias afectadas, mas pode promover, junto de empresas e outras entidades privadas, soluções de recurso, que minimizem as consequências que muitas vezes ultrapassam as meramente económicas. Não esqueçamos que o desemprego gera, além de tudo, uma global diminuição do poder de compra das famílias afectadas e, em consequência, ao estrangulamento das já débeis actividades económicas, comerciais e industriais do concelho, o que provocará ainda mais desemprego, numa lógica económica demasiado básica para não ser compreendida. Poder-se-á, no sentido de combater tremendo flagelo, promover a fixação de novas empresas, nomeadamente através de incentivos fiscais e acordos de promoção de produtos e parcerias institucionais, bem como eliminando uma Derrama que, quer se queira ou não, prejudica ainda mais a saúde de algumas empresas, servindo de repelente à vinda de outras. Tal deve também ser feito ao nível da fixação de novas famílias, através de incentivos que parecem ser pouco para uns, mas para outros serão, certamente, decisivos. Tendo isto em conta, dever-se-ia cautelosa mas sustentadamente proceder à diminuição do IRS e do IMI, como tem aliás vindo a acontecer com concelhos vizinhos.


Este plano de actividades e orçamento, continua sem prever qualquer intervenção no eixo de montanha, marca indubitável do nosso concelho, que promova e dinamize tão rico espaço, criando infraestruturas de apoio à prática de diversas modalidades desportivas e de lazer. É pena que assim seja, pois estamos a desperdiçar condições naturais únicas, reconhecidas certamente por todos os aqui presentes.

Concluindo, não esqueçamos que é já em 2013 que passará para a prática o alargamento da escolaridade obrigatória, de 9 para 12 anos. Tal mudança, não obstante serem discutíveis os seus fundamentos, é um dado adquirido. Perguntamo-nos então: para quando uma planificação da requalificação das escolas que serão afectadas? Para a última da hora? 2013 é já amanhã, Sr. Presidente...

Posto isto, e não entrando naturalmente em pormenores de fundo, o CDS-PP votará negativamente este Plano de Actividades e Orçamento, em concordância com o que tem insistentemente defendido. Ao não vermos implementadas ou pelo menos previstas muitas das nossas principais reivindicações, que mais não são do que anseios e aspirações de muitos vianenses, não nos resta outra alternativa que o voto negativo a este plano.

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009

Pe'l O Agrupamento Político do CDS-PP



(José Carlos Freitas)

Boa Noite Sra. Presidente da Assembleia e restantes elementos da mesa,

Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores,

Srs. Deputados e demais presentes,

Agradeço os votos de “Boas Festas” formulados pela Sra. Presidente, retribuo, sendo a todos extensivo. Um Bom Ano de 2010.

*Am sã tido um
Porco mais luto*

Esta minha pequena intervenção poderá ser entendida como um desejo de quem é vianense e quer o melhor para a sua cidade e para as suas gentes.

Como tudo se tenha todo manutenção e da Assembleia

O primeiro desejo refere-se a esta mesma Assembleia. Dela espero mais do que no passado recente. Espero que contribua efectivamente para que se discutam, segundo valores éticos, os problemas da nossa cidade e do nosso concelho. Sra. Presidente, sem desconsiderar o trabalho do seu antecessor, que muito respeito, espero que mais longe vá no tocante ao papel que a Assembleia Municipal poderá ter, nomeadamente na sua capacidade de intervenção social e política. De si espero, não obstante o papel que terei de desempenhar enquanto oposição, que dignifique este órgão, e disso estou certo.

O segundo desejo vai para o Sr. Presidente da Câmara e insere-se neste ponto da ordem de trabalhos. Conheço o trabalho passado do Eng. José Maria. Durante 8 anos pertenci ao executivo de uma junta de freguesia. Não tenho qualquer dúvida que todo o trabalho que, directa ou indirectamente, foi partilhado com o então Vereador, provou do seu empenho e dedicação ao concelho e às freguesias. Mesmo que, politicamente, discordando aqui ou ali, sei reconhecê-lo. A discórdia não está no conteúdo, está essencialmente na forma e nas opções políticas.

Desejo pois Sr. Presidente que tenha uma Gestão da Autarquia diferente da do seu antecessor. Desejo-o acima de tudo como vianense.

Quando lhe formulo este voto faço-o todavia com grande preocupação. Essa preocupação diz respeito aos graves problemas que permanecem com resposta e conclusão incógnitas. Não é demagogia política, são de facto problemas que me preocupam e que nunca o seu antecessor deu resposta. Nem quando foi interpelado por esta assembleia o fez, refugiando-se habilmente no seu discurso político.

Continuam por esclarecer questões que, não tenha dúvidas Sr. Presidente, vão condicionar de forma inequívoca não só o seu plano de actividades como também todo o seu mandato. Tais questões continuam a não estar referidas nem respondidas neste plano.

Sem querer ser analítico, Sr. Presidente, vejamos:

- Terrenos do Parque da Cidade – quanto será o encargo para o Município? Qual é verdadeiramente a operação com a PARPÚBLICA?
- Prédio Coutinho – Qual é o custo actual?
- Parque de estacionamento do Campo da Agonia? Para que serve e quanto custa ou vai ainda custar?
- Coliseu – Para que vai servir na realidade? E quais serão os seus custos futuros?
- A28 – Esta batalha é acima de tudo sua, Sr. Presidente, independentemente do apoio que certamente tem da maioria dos vianenses, nos quais me incluo. Sua, enquanto Presidente da Câmara e enquanto membro do partido do Governo. Mas a essência desta questão não está apenas nas portagens em si, penalizadoras para o desenvolvimento económico e social de Viana. A questão das portagens está também e acima de tudo no ^{BURO QUE TEM SIDO} ~~facto de que nada tem sido proporcionado~~ á população de viana para que se possa fixar profissionalmente no Concelho. Veja-se a quantidade de saem de Viana para trabalhar em Braga, no Porto, em Barcelos. E Porquê? Porque apesar de insistirem em morar nesta cidade, melhor dito, apesar de apreciarem a sua Terra, apesar disso, quem gere os seus destinos politicamente nada ou muito pouco tem feito para contrariar esta situação. É caso

(*) Dr. Leandré

para dizer, Sr. Presidente, que Viana acima de tudo desperdiça os meios humanos que tem ao seu dispor.

** POR ÚLTIMO, UMA RESPOSTA QUE NUNCA ENVIMOS, E ESTA DA SUA BOCA, SR. PRESIDENTE, A SUA DISCRICÃO RELATIVAMENTE À CIM.*

Sr. Presidente, não lhe pedindo obviamente resposta imediata a todas estas questões, coloco-lhe apenas uma, que grande parte de nós (e quando digo nós, digo vianenses), mesmo aqueles que o elegeram, gostariam de ver respondida:

Tinha consciência de todos este “buracos financeiros” antes de ter tomado posse? Sabe-me dizer HOJE, quanto é que, todos somados, eles representam?

Por fim deixo um último desejo, e este Sr. Presidente, mesmo antevendo a sua resposta, peço-lhe que se aperceba do que está efectivamente a ser feito. É concreto e está a contecer. Em minha opinião é um atentado ao dinheiro dos contribuintes. Na EN13 – diariamente vejo o decorrer dos trabalhos e sinceramente, pensei que já não era possível que se dirigissem obras daquela forma, nomeadamente quando afectam centenas de pessoas que por ali passam. Não questiono o projecto, questiono a qualidade de execução da obra.

Despeço-me com a frase do grande filósofo português, Agostinho *DA SILVA* ~~de Sousa~~, que dizia, e muito bem:

“Muitos problemas se tentam resolver por meio da política. A chave, no entanto, tem-na a Santidade”. E nessa acreditam os que acreditam.

Assembleia Municipal de Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009.

Eduardo Viana, membro eleito pelo PSD.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

**Declaração de voto acerca do “Plano de actividades e orçamento”
28 de Dezembro de 2009**

O agrupamento político do CDS-PP vota contra na votação do “Plano de actividades e orçamento” da CMVC para o ano de 2010, fundamentando-se nos seguintes pontos:

- É um orçamento de continuidade e está altamente condicionado por esse facto, não sendo por isso um orçamento de ruptura com o passado, como seria, no nosso entender, desejável;
- prevê um aumento em mais de 800 000€ nas despesas com o pessoal;
- as receitas provenientes dos impostos directos e indirectos são imediata e totalmente absorvidas pelas despesas com o pessoal, prova de que estas têm um peso excessivo nas despesas correntes do município;
- não prevê a dinamização do eixo de montanha
- não planifica a requalificação das escolas inerentes ao alargamento da escolaridade mínima para 12 anos;
- apresenta planos de apoios sociais escassos, tendo em conta que 2010 será marcadamente um ano de elevados problemas sociais, consequência do aumento dos valores de desemprego na região e uma global diminuição do poder de compra das famílias afectadas; dever-se-iam criar condições mais favoráveis à fixação de novas empresas e famílias, nomeadamente através de incentivos fiscais.

Mais referimos que no que respeita ao orçamento dos SMSB, este agrupamento político vota a favor do documento apresentado pelo executivo municipal.

Viana do Castelo, **28 de Dezembro de 2009**

O Agrupamento Político do CDS-PP



Ana Aguiar

Ana Aguiar

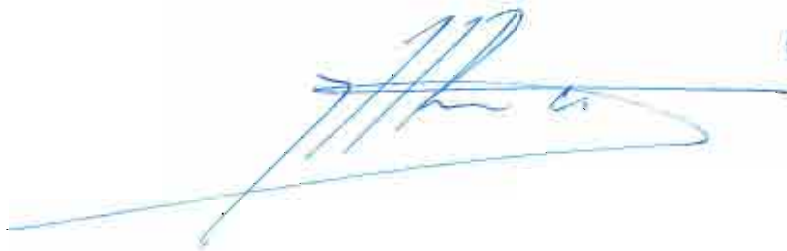
Ana Aguiar

PROPOSTA

PARA A COMISSÃO CONCESSIONÁRIA
DE SAÚDE;

MARIA EMÍLIA MARGALHÃES
BARBOSA

28/12/2009

A large, stylized handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke at the bottom.A smaller, more compact handwritten signature in blue ink, featuring a prominent loop at the top and a horizontal base.

PROPOSTA

Proposta para o Conselho Municipal
de Educação:

Efectivo - Manuel Cavallido - Presidente
da Junta da Mesquita



Suplente - António da Silva Moreira - Presid. Junta Vila de P. de



PROPOSTA

PARA O CONSELHO
CINEGÉTICO MUNICIPAL:
28/12/2009

- CASIMIRO JOÃO ALVES VIEIRA DE ARAÚJO



PROPOSTA

PARA A COMISSÃO MUNICIPAL
DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA
INCÊNDIOS:

28/12/2009

— JOSÉ TORRATO LIMA DA COSTA

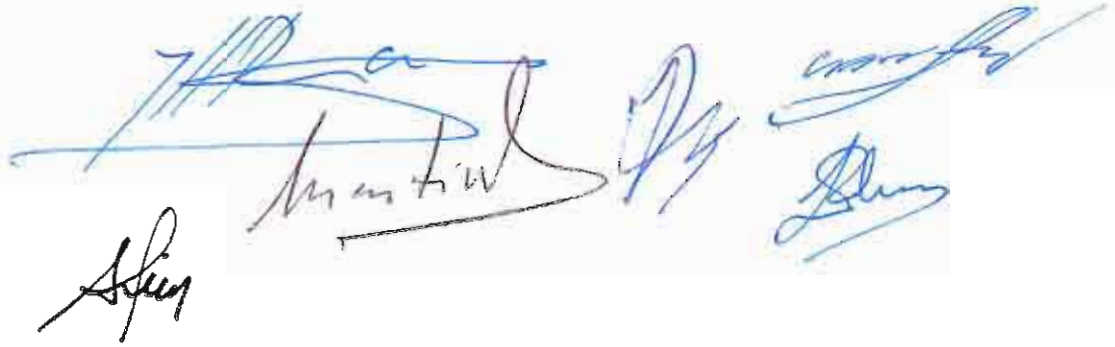
Spina *Quilmes*

PROPOSTA Desjones
He' Collected.

PPRD A

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE MENORES

- BERTA MARIA DE SÃO SPINTE
- MARIA ALICE PARENTE RIB. ANTUNES
- MANUEL RODRIGUES SARGUEIRO
- ANTONIO SILVA



Handwritten signatures of the commission members, including names like 'Manuel' and 'Desjones'.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

1

CERTIDÃO

- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: -----

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia dezasseis de Dezembro corrente, consta a seguinte deliberação: -----

- - - (07) CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE REABILITAÇÃO

URBANA E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta de contracção de empréstimo a longo prazo nos termos que a seguir se transcreve:-
"O Município de Viana do Castelo tem ao longo dos últimos anos pautado a sua actuação pelo equilíbrio financeiro, procurando responder aos enormes desafios da comparticipação em obras financiadas pelos Fundos Comunitários. Propomos assim a aprovação da contracção de um empréstimo para Reabilitação Urbana e para Investimento de acordo com o quadro que se apresenta.

Empréstimo para Financiamento de Reabilitação Urbana e Realização de Investimento

2009

OBRAS	Valor do Investimento	Comparticipação		Encargo do Município	Valor Financiado Pelo Empréstimo
		Valor	Taxa		
Reabilitação Urbana	6.000.000,00 €	0,00 €	0%	6.000.000,00 €	6.000.000,00 €
Construção Centro Alto Rendimento de Surf de Viana do Castelo	1.102.554,34 €	771.788,04 €	70%	330.766,30 €	330.000,00 €
Avenida Capitão Gaspar de Castro	2.000.000,00 €	1.400.000,00 €	70%	600.000,00 €	400.000,00 €
Arquivo Municipal	5.000.000,00 €	2.569.113,40 €	51%	2.430.886,60 €	1.270.000,00 €
TOTAL	14.102.554,34 €	4.740.901,44 €		9.361.652,90 €	8.000.000,00 €

1. EMPRÉSTIMO DE REABILITAÇÃO URBANA - O empréstimo de 6 milhões de euros, de Reabilitação Urbana, destina-se ao reforço do Capital Social do Município de Viana do Castelo na VianaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por VianaPolis, tem por objecto a gestão e coordenação em Viana do Castelo do Programa de



Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o qual envolve o desenvolvimento de acções estruturantes em matéria de valorização e reabilitação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção. Esta foi a missão atribuída à *VianaPolis* no Decreto Lei nº 186/2000, publicado em 11 de Agosto, que constitui a Sociedade, sendo esta missão entendida e melhor interpretada no quadro da Resolução do Conselho de Ministro nº 26/2000, publicada em 15 de Maio, que define como principal objectivo do Programa Polis a melhoria da qualidade de vida das cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. A intervenção do Programa Polis em Viana do Castelo foi concebida, incorporando e dando continuidade a um conjunto de acções de requalificação e reabilitação urbana da cidade que constituía um desejo dos vianenses e vinha sendo prosseguido pela Câmara Municipal ao longo dos últimos anos.

2. EMPRÉSTIMO DE INVESTIMENTO - O Empréstimo de Investimento do Município de Viana do Castelo, de 2 milhões de euros, destinam-se a apoiar financeiramente a execução de um conjunto de obras e de intervenções de requalificação do espaço público, aproveitando o financiamento do QREN para reforçar os equipamentos de utilização pública. A construção do Centro de Alto Rendimento de Surf, em parceria com a Secretaria de Estado do Desporto e a Federação do Surf, a construção do novo Arquivo Municipal que vai permitir conservar o valioso espólio documental municipal e a requalificação urbana (reabilitação das infra-estruturas, pavimentação, ciclovia) da Av. Capitão Gaspar de Castro, são intervenções estruturantes e de valorização municipal.

Calculo do Limite Geral dos Empréstimos 2009

IMI	8.863.321,91 €
IMT	2.974.495,16 €
IUC	1.113.949,45 €
FEF + IRS	14.481.230,00 €
Derrama	597.234,88 €
Total	28.030.231,40 €

Obs: N.º 2, Art.º 39, LFL

**Calculo da Capacidade de Endividamento**

Limite Geral dos Empréstimo do Município	28.030.231,40 €
Dívida do Município Referente a Empréstimos	20.317.492,69 €
Valor de Empréstimos Não Considerados (Hab. Social) Alínea a) do nº 2 do Art.º 61, da Lei 2/2007 de 15/01	2.448.669,62 €
Valor de Empréstimo Não Considerado (FEDER) Alínea a) do nº 2 do Art.º 61, da Lei 2/2007 de 15/01	703.807,96 €
Valor de Empréstimos Não Considerados (Intempéries) Alínea a) do nº 2 do Art.º 61, da Lei 2/2007 de 15/01	921.196,46 €
Capacidade de Endividamento Utilizada	16.243.818,65 €
	58%
Capacidade de Endividamento Disponível	11.786.412,75 €
	42%

a) José Maria Costa.". Feita a apresentação da proposta, o Vereador Carvalho Martins referiu não estar em condições de votar a mesma, uma vez que apesar de insistentemente pedidas, até á data não lhe foram fornecidas as Contas da VianaPolis, sendo que a maior parte do valor do empréstimo destina-se a cobrir o défice financeiro desta. Por sua vez, o Vereador António Amaral sugeriu que a proposta fosse subdividida, de forma a permitir discutir e votar separadamente o empréstimo destinado a investimento e o empréstimo destinado a reforçar o capital social da VianaPolis. Também o Vereador Aristides Sousa considerou não estar suficientemente esclarecido acerca da necessidade de contrair o empréstimo de 6 milhões de euros, destinado a reforçar o capital social da VianaPolis. O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos adicionais sobre questões suscitados pelos Vereadores da Oposição, tendo recusado a alteração da sua proposta, conforme sugerido pelo Vereador António Amaral, porquanto tal obrigaria a duplicação de processos de contracção de empréstimos. A Câmara Municipal deliberou ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do nº 2 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, bem como dos nºs 4 e 5 do artigo 38º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com o artº 6º do Decreto-Lei n.º 258/79, de 28 de Julho, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contracção de um empréstimo de longo prazo (15 anos) do montante de 8.000.000,00 €uros (oito milhões de euros). Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Maria Costa, Vitor Lemos Ana Margarida Silva, Luís Nobre e Maria José Guerreiro e a abstenção dos Vereadores Carvalho Martins, Ana Palhares, António Amaral e Aristides Sousa. O Vereador Carvalho Martins proferiu a seguinte declaração de voto: " Foi com estupefacção que os vereadores do PSD ouviram a proposta de financiamento no valor de 8 milhões de euros, apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, sendo 4 milhões de euros para a Polis. Ao longo dos últimos 3 anos, os vereadores do PSD insistiram na necessidade de analisar as contas da Viana Polis e as consequências das mesmas na Câmara Municipal de Viana do Castelo. A Câmara Municipal de Viana do Castelo é accionista com 40% do capital e portanto

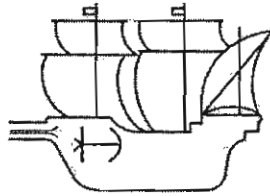


Câmara Municipal de Viana do Castelo

os resultados da Viana Polis, afectam sempre a Câmara de Viana. Ao longo da campanha eleitoral, assumimos exactamente as consequências fortemente negativas que os resultados negativos mensais da Viana Polis teriam na Câmara, bem como o não financiamento do coliseu com fundos comunitários. Foram de facto desvalorizadas as nossas críticas. Hoje, como tínhamos a certeza, a proposta apresentada afecta obviamente as contas da Câmara. Mais dívida, mais juros, mais despesa. Exactamente o contrário, daquilo que deveria ser hoje um objectivo estratégico da Câmara, "redução de despesa corrente, redução do endividamento e redução de impostos". Sabemos que é uma equação difícil, muito difícil, mas possível e mais do que possível, necessária e urgente. Necessária e urgente, porque é fundamental aumentar o rendimento disponível dos vianenses. Necessária e urgente, porque como é obvio, os juros a curto prazo irão subir e muito. Tínhamos razão. Razão antes do tempo. Temos razão. Aguardaremos que nos disponibilizem as contas dos últimos 3 anos da Polis, para fundamentar ainda melhor as nossas decisões, mas transmitimos desde já a nossa profunda preocupação com este aumento brutal do endividamento da Câmara, com consequências no curto e médio prazo no funcionamento da Câmara e na definição de objectivos estratégicos. (a) Carvalho Martins." --

--- **Está conforme o original.** -----
--- **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** -----
--- **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e oito de Dezembro do ano dois mil e nove.** -----

Georgina Marques



Câmara Municipal
Viana do Castelo

Complemento da documentação distribuída com a circular nº 4

ASSUNTO: Empréstimo Para Financiamento de Reabilitação Urbana e Realização de Investimento - 2009

Valor 8 .000.000,00 €

Para levar a efeito o presente concurso, a Câmara Municipal convidou dez instituições financeiras a apresentarem condições. Das dez instituições convidadas apresentaram propostas as seguintes:

Banco	Taxa de Juro	Período de Diferimento
Millenniumbcp	EURIBOR 6 Meses + 2,0%	Até 2 ano
Banco Espírito Santo	EURIBOR 6 Meses + 2,5%	Até 2 anos
Banco BPI	EURIBOR 6 Meses + 1,25%	Até 2 anos
Caixa Geral de Depósitos	EURIBOR 6 Meses + 1,47%	Até 2 anos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	EURIBOR +1,74%	Até 2 anos
Banco Santander Totta	EURIBOR 6 Meses + 1,75%	Até 2 anos
BBVA	EURIBOR 6 Meses + 1,25%	Até 2 anos

EURIBOR 6M = 0,992% (2009-12-28)

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira Rego

28-12-2009

(DOCUMENTO Nº 26)



Exmª Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação

Exmºs Senhores Deputados Municipais

Minhas senhoras e meus Senhores

A Câmara Municipal de Viana do Castelo apresenta a esta Assembleia uma proposta para autorização para a contracção de empréstimo a longo prazo no valor de 8 milhões de euros.

Meritórios objectivos e projectos justificam a *CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO*:

- Reabilitação Urbana – reforço do Capital Social da Viana Polis, S.A. pelo município de Viana do Castelo;
- Construção de Centro de Alto Rendimento de Surf de Viana do Castelo;
- Requalificação Urbana da Avenida Capitão Gaspar de Castro;
- e Novo Arquivo Municipal;

A Capacidade de Endividamento da autarquia é significativa - 42% do Limite Geral dos Empréstimos do Município. Resultado de uma gestão equilibrada e que quando comparada com o panorama nacional das autarquias nesta matéria só nos resta classificá-la de saudável e confortável.



Má notícia para os velhos do Restelo!

Perante a pretensão da Câmara Municipal, estes bradam “mais dívida, mais juros, mais despesa”.

Proclamam “as consequências fortemente negativas” nas contas do Município de Viana do Castelo do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Programa Polis.

A natureza da intervenção continha variáveis de que dependeria o cumprimento do estudo económico que a sustentava, nomeadamente o clima económico á data da realização de alguns dos proveitos previstos e outros de natureza administrativa.

O que não era expectável é que o accionista principal da VianaPolis, S.A. – o Estado, durante um governo de triste memória, pela sua acção ou inacção adiasse o cumprimento dos seus objectivos durante cerca de 3 anos, com naturais consequências de ordem financeira. Estas sim gravosas para a Sociedade VianaPolis, S.A..

Sejamos claros!

Quantos milhões de euros foram investidos em Viana do Castelo no âmbito do Programa Polis?



Qual o seu custo para o Município de Viana do Castelo?

Com o reforço do Capital Social, o valor é da ordem dos 10% do investimento do Programa Polis!

Jamais outra qualquer intervenção teve tão reduzida participação financeira do Município de Viana do Castelo!

A participação económica de Viana do Castelo foi mal aplicada? Não!

Que motivo há para não participar activamente, com todas as vantagens, mas também com as nossas obrigações na Sociedade VianaPolis? Nenhum!

Considerando a importância do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - Polis de Viana do Castelo, bem como dos restantes projectos e os competentes financiamentos do QREN, o Partido Socialista manifesta o seu apoio à Proposta da Câmara Municipal de *CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO.*

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2009



José Emilio Viana

(DOCUMENTO Nº 27)

Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa

Senhor Presidente da Câmara e respectiva Vereação

Senhores Deputados Municipais

Comunicação Social

Minhas Senhoras

Meus Senhores

A Câmara Municipal, com o voto favorável do Partido Socialista, aprovou no passado dia 16 deste mês, a contratação de um empréstimo no valor de oito milhões de euros, **sendo seis milhões de euros de empréstimo para a Reabilitação Urbana, destinada ao reforço do Capital Social do Município de Viana do Castelo na VianaPolis.**

Ora isto por ser gravíssimo para as finanças municipais levanta-nos uma série de questões, de dúvidas e de certezas extremamente preocupantes.

1º- Porque a Câmara Municipal de Viana do Castelo é **accionista com 40% do capital**; e conseqüentemente os resultados da VianaPolis afectam sempre a Câmara.

2º- A Câmara e esta Assembleia Municipal têm de aprovar as contas de Gerência da Câmara.

E onde estão as contas da VianaPolis?

Mas..., se a Câmara tem de aprovar o empréstimo em causa.

Se esta Assembleia tem de aprovar igualmente o empréstimo. – **Como é que podemos votar em consciência se não as temos, se não sabemos as contas da VianaPolis?**

- Quais os activos? – Quais os passivos? – Como é que tudo isto se passa?

- **Onde está a transparência?**

AVS

3º- Os vereadores do PSD ao longo dos últimos quatro anos sempre alertaram para os graves problemas da VianaPolis. O poder, nas mãos do Partido Socialista, sempre respondeu que tudo estava bem.

- Infelizmente vejam o resultado. – Isto está muito mal.

4º- É que, sendo o empréstimo por 15 anos, e a Câmara não nos dando nenhuma informação válida, sobre, que tipo de crédito, se é conta caucionada ou não, etc, etc. Nós, responsabilmente, fizemos uma simulação em crédito simples à taxa de 3% com pagamento ao fim dos 15 anos. Aí teremos só em juros 3,8 milhões de euros, o que dará um total de 11,8 milhões de euros. – Que panorama... .

Agora, a Câmara já está a assumir responsabilidades.

A Câmara poderá vir a não ter capacidade financeira.

Só como pequenos exemplos, temos 3.000€/ mês que a VianaPolis paga de Condomínio no prédio Coutinho com as fracções fechadas, *mas também os outros condóminos do outro prédio pagam no mesmo caso de cerca de 3.000 €/mês. É a Câmara que cobra no BCP no caso deste?*

Só prejuízo da VianaPolis, incluindo Juros, actualmente rondará, segundo se consta, os 200.000€/ mês. – **O que é impressionante.**

Lembro-lhes que a dívida do Parque Expo que gera a VianaPolis referente a 2008 era de cerca de 270 milhões de euros. Agora concerteza que será mais.

- Quem gere a Câmara é responsável como a Parque Expo.

5º- Nós sabemos que o défice público nacional, que já passou os 13 mil milhões de euros, que seria suficiente para pagar o novo aeroporto e o TGV Lisboa – Vigo e Lisboa – Madrid, - Que Buraco!

- **Mas não sabemos o buraco da VianaPolis. – E tínhamos de o saber.**

- **Que democracia é esta? ...**

6º- Escandalosamente, o comum dos munícipes não sabe o que se passa com o Parque do Campo da Senhora D'Agonia, obra feita ao abrigo da Polis.

Ora, esta obra, cujo investimento inicial terá sido de 12 Milhões de Euros, depois de aberto, logo foi encerrado por existirem problemas, já lá vão quase dois anos. – Isto é uma loucura! ... - Responsabilidades?

PS,

E o curioso, é que consta que o empreiteiro pede cerca de 5 milhões de euros de indemnização.

Por favor, expliquem-nos o porquê? – A causa terá sido das linhas de água que existiam no terreno? – Terá sido o projecto? – Expliquem-nos.

É ou não verdade que se o Parque não estiver aberto em Junho/Julho de 2010, a Viana Polis sujeitar-se-á a devolver cerca de 6 milhões de euros dos Fundos Comunitários?

- **Quais os prejuízos com este encerramento em todas as suas vertentes?**

- **Qual o papel da concessionária?**

- **Qual o papel da Câmara em tudo isto?**

- **Será que parte do empréstimo é para ser injectado aqui?**

É que, nós não sabemos.

Tal como **não sabemos o ponto da situação dos Processos existentes em Tribunal com os terrenos do Parque da Cidade e dos terrenos que giram à volta da Viana Polis.** – Por exemplo:

- Quais os valores iniciais?

- Quais os valores actuais?

- Quais os valores para venda iniciais?

- Quais os valores para venda actuais?

- Comparações? – Percentagens?

- **Será que parte do empréstimo é para isto?**

7º- O empréstimo parece ser para a Reabilitação Urbana ;mas..., não é verdade que a Viana Polis só se mantém por causa do Prédio do Coutinho?

- **É ou não?** – Em que ficamos?

Se é para reabilitação, há informações anteriores erradas.

Mas..., a haver, e ela é necessária, imprescindível, **não por este meio**, bom..., então temos outro tipo de discussão e precisaríamos de mais tempo para explanar o que pensamos e o que está terrivelmente mal.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhores Deputados Municipais

Nestes tempos de crise; de enorme crise; de desemprego avassalador; de inquietude nacional e mundial; em que o poder de compra em Portugal está 24% abaixo da média europeia; 27% inferior aos espanhóis; a taxa de desemprego é a 5ª da União Europeia cifrando-se em 10,2%; as despesas com a saúde triplicaram; a população em risco de pobreza prestes a chegar aos 20%. – E a Câmara Socialista de Viana do Castelo assobia para o ar, não se preocupando em pôr a casa, em ordem em termos financeiros, por forma a minorar a crise económica e social que grassa a Região, vejam as fábricas a fechar e o estado dos nossos Estaleiros... . – Antes, afunda-se e afunda os munícipes.

- **Porque, quem paga este empréstimo? – Quem paga os seus juros? – Os Vianenses.**

- É ~~uma vergonha~~. – Não há sentido de justiça não há sentido de justeza dos princípios.

- Diminuam as despesas para baixarem os impostos, as contribuições, as taxas e a derrama.

Nós não pactuamos com este estado de coisas. Esperamos as respostas às perguntas formuladas.

Plho PSD
J. Naveira de Sá

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

28/DEZEMBRO/2009

DECLARAÇÃO DE VOTO

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE
REABILITAÇÃO URBANA E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO

(4º Ponto da Ordem de Trabalhos)

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Agrupamento Político da CDU votou contra, pois uma parte considerável deste empréstimo destina-se à Viana Polis, e não tendo este agrupamento conhecimento da situação financeira actual da Viana Polis, não podemos passar um cheque em branco a está proposta.

Contudo esta situação deixa a CDU bastante preocupada tendo em conta o aumento constante do endividamento da Câmara Municipal que poderá hipotecar e ter graves consequência no futuro.

Viana, 28/Dezembro/2009

O AGRUPAMENTO POLÍTICO DA CDU
O ELEITO MUNICIPAL



Agrupamento Político da
Assembleia Municipal de Viana do Castelo

DECLARAÇÃO DE VOTO

A solicitação de autorização para o pedido de empréstimo de longo prazo no valor global de oito milhões de euros por parte de Câmara Municipal a esta Assembleia suscita por parte dos deputados do Bloco de Esquerda as seguintes considerações prévias:

- 1- Como é do conhecimento público nada nos move contra o Projecto Polis em Viana do Castelo nomeadamente no que concerne às acções de reabilitação urbana levadas a efeito no seu âmbito.
- 2- Os projectos de construção do Centro de Alto de Alto Rendimento de Surf de Viana do Castelo e do Arquivo Municipal, apesar de não conhecermos em detalhe cada um deles, são infra-estruturas de inquestionável importância para Viana do Castelo.
- 3- A reabilitação de da Av. Capitão Gaspar de Castro da qual também não conhecemos o projecto faz parte das artérias cujo investimento é, para nós mais prioritário.
- 4- O endividamento da Câmara Municipal, mesmo contando com o empréstimo agora solicitado, está dentro dos limites legais e não cremos que possa colocar em risco ao equilíbrio da gestão financeira do Município

Neste sentido, entendemos oportuno o empréstimo relativo a parte do encargo do Município com a construção do Centro de Alto Rendimento e Arquivo Municipal, assim como a reabilitação da Av. Capitão Gaspar de Castro. O valor necessário para estas três obras é de cerca de 8,1 milhões de euros dos quais existe uma comparticipação do Estado de cerca de 4,7 milhões de euros e um investimento líquido do município de 3,3 milhões de euros para os quais agora se solicita a realização de um empréstimo no valor de 2,0 milhões de euros.

Quanto aos restantes 6,0 milhões de euros, a solicitação endereçada a esta assembleia visa o reforço do capital social da VianaPolis, sociedade para o desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA.

Esta parte do empréstimo suscita-nos as maiores reservas uma vez que mais nenhuma informação concreta que subscreva essa necessidade nos foi dada a conhecer.

A informação relevante para a tomada de decisão à qual temos acesso, porque é do domínio público, é a seguinte:

- 1- A referida sociedade está em gestão desde Dezembro de 2007 aguardando decisões judiciais em processos de expropriação. Em termos de realização de obras só lhe resta a demolição do Edifício Jardim e a posterior construção do novo Mercado Municipal já adjudicados.
- 2- Dos projectos iniciais orçados em 98,0 milhões de euros, e já devidamente provisionados, foram retirados, tanto quanto julgamos saber, a construção do Pavilhão Multiusos (Coliseu), o arranjo e construções da área a poente do mesmo, as construções a poente do Campo da Agonia e a finalização do respectivo arranjo de superfície assim como boa parte do projecto da ciclovia.
- 3- Da sociedade VianaPolis não se conhece um único relatório de contas nem as suas auditorias. Não se conhece a situação financeira, as despesas de funcionamento, o quadro de pessoal ou a sua actual sede.

Assim não conseguimos entender a necessidade de reforçar o capital social de uma sociedade moribunda que não tem outra actividade que não seja a gestão de um processo em fase de conclusão mesmo que tenha um passivo considerável. A passagem desse passivo (a existir) para os respectivos accionistas não exprime nenhuma vantagem pelo que só pode ser entendida como uma manobra de engenharia financeira cujo alcance não compreendemos.

As contas da sociedade VianaPolis não são conhecidas assim como se desconhece a existência ou o resultado de qualquer auditoria à sua gestão pelo que, sem esse escrutínio, ninguém de bom senso se pode permitir continuar a financiar esse projecto.

Uma vez que não foi acolhida a sugestão do Bloco de Esquerda de separar a proposta de contracção do empréstimo em duas propostas de 2,0 e 6,0 milhões de euros respectivamente, somos obrigados a votar contra a autorização de um empréstimo global de 8,0 milhões de euros uma vez não estar reunida a informação necessária a uma decisão ponderada sobre esta matéria.

Sendo esta uma matéria da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal, ainda que sob proposta da Câmara, não entendemos porque não é disponibilizada a informação necessária à tomada de decisão.

Tendo em consideração a falta de informação, não conseguimos também entender como é possível que os deputados municipais do Partido Socialista tenham votado favoravelmente



Agrupamento Político da
Assembleia Municipal de Viana do Castelo

esta proposta. Estamos a falar de seis milhões de euros que ninguém sabe para que fazem falta, que contas vão pagar e que necessidades as justificam, a não ser que estes deputados e todos os outros que votaram favoravelmente tenham acesso a informação que não é do conhecimento dos restantes deputados desta assembleia o que, com toda a certeza, configura um tratamento desigual que não pode nem deve ser admitido pela Mesa.

A autorização da contratação deste empréstimo cauciona, de certa forma, a gestão da ViauaPolis e co-responsabiliza a Assembleia e os seus membros no funcionamento desta sociedade e em todos os seus actos mesmo os que possam decorrer de uma gestão lesiva para do interesse e finanças públicas do Município.

Temos ainda a certeza que se todos aqueles que votaram a favor desta decisão pudessem vir a ser responsabilizados pelas perdas que daí possam resultar para a autarquia, talvez não a tivessem caucionado de forma tão leve e irresponsável como o fizeram.

Este ponto da Ordem de Trabalhos, ao contrário de todos os outros, e vá lá saber-se porquê, foi transmitido aos deputados na véspera desta Assembleia depois da reunião da Comissão Permanente o que não permitiu discutir ou pedir elementos para o esclarecimento da sua necessidade.

Assim, junto com esta declaração de voto o Bloco de Esquerda irá apresentar um requerimento à Câmara Municipal solicitando esclarecimentos sobre a real situação financeira da VianaPolis, sociedade para o desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA, nomeadamente todos os relatórios de actividades e contas e respectivas auditorias.

Os deputados do Bloco de Esquerda